



CENTRO DE ESTUDOS
EuroDefense – Portugal

Conferência

***O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia
– Desafios e Opções para Portugal –***

Sínteses EuroDefense – 17

Lisboa, Junho de 2010

Índice

Introdução.....	2
Temas do Debate	5
Programa da Conferência	7
Indivisibilidade e o carácter elástico da nova fronteira de segurança Notas da alocução proferida pelo Prof. Doutor Luís Lobo-Fernandes na Sessão de Abertura da Conferência “O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e opções para Portugal”	9
O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e Opções para Portugal Pedro Lima, Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais – CECRI	11
Nota Introdutória: Uma Política em Expansão Ana Paula Brandão, Professora da Universidade do Minho	16
O Aprofundamento das Relações UE-NATO: Oportunidades, Desafios e Opções para Portugal José António Palmeira, Professor da Universidade do Minho	18
A Participação de Portugal na Política Europeia de Segurança e Defesa Que Papel para os Jovens? Ana Isabel Xavier, Presidente da DECIDE, Doutoranda em Relações Internacionais, UCoimbra. Liliana Domingues Reis, Doutoranda em Relações Internacionais, UM	23 29
Comentário Filipe Alves, Presidente da AREOPAGUM	36
O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e Opções para Portugal Síntese da Conferência.....	40
ANEXO A Recalibragem Britânica e Saint Malo – O Fim do Tabu Filipa Cristina Florença Gonçalves	53

Introdução

Os cidadãos portugueses, sobretudo os jovens, têm participado muito pouco na concepção, construção e processo de integração da UE, que tem sido feita demasiado à margem dos europeus. Acresce que as questões de segurança e defesa colectiva não são assunto com suficiente debate, conferindo-lhes os portugueses muito baixa prioridade, como ficou bem patente não só na campanha eleitoral em 2009, como na elevada taxa de abstenção das últimas eleições para o Parlamento Europeu.

Ciente desta lacuna, o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal promove anualmente iniciativas, em colaboração e parceria com Universidades nacionais, tendentes a aprofundar o processo de participação de jovens, de patamar universitário, com o objectivo de fomentar a sua tomada de consciência para os assuntos Europeus e contribuir para a formação da opinião pública neste sector.

Com este objectivo, a Secção de Ciência Política e Relações Internacionais, da Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, organizaram no Auditório do Campus de Gualtar em Braga, no dia passado dia 10 de Novembro de 2009, uma Conferência subordinada ao tema “*O novo quadro da Segurança e Defesa – Desafios e Opções para Portugal*”.

Esta iniciativa, que se realizou um dia depois das comemorações dos vinte anos da queda do Muro de Berlim, teve como conferencistas as seguintes personalidades: **TGen Abel Cabral Couto**, do EuroDefense-Portugal, **Prof. Doutor José António Palmeira**, da Universidade do Minho, **Dr.^a Ana Isabel Xavier**, Presidente da Associação de Jovens Auditores para a Segurança, Defesa e Cidadania – DECIDE e Doutoranda na Universidade de Coimbra e a **Dr.^a Liliana Domingues Reis**, Doutoranda da Universidade do Minho, sob a moderação da **Prof.^a Doutora Ana Paula Brandão**, da Universidade do Minho.

Neste quadro, a Conferência inseriu-se no propósito de congregar a participação dos jovens universitários na reflexão e debate sobre a construção da União, não só numa perspectiva de partilha e compromisso europeus mas também de respeito e de garantia pelos interesses nacionais. Como corolário, teve ainda como objectivo principal promover uma reflexão aprofundada sobre o actual momento da União Europeia face ao Tratado de Lisboa, em particular no âmbito da segurança e defesa e sua conexão com os interesses de Portugal.

Com o propósito de assegurar uma participação empenhada dos alunos da Secção de Ciência Política e Relações Internacionais, da Escola de Economia e Gestão, da Universidade do Minho, estiveram presentes na organização e participação neste evento as associações de estudantes da área das relações internacionais, designadamente: o Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais – CECRI; o Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais – NICPRI; e a Associação de Estudantes Pós-Graduação em Relações Internacionais e Ciência Política da Universidade do Minho – Aeropagum.

Na sessão de abertura, perante um auditório repleto de jovens universitários interessados e participativos, cuja adesão foi demonstrativa do interesse pela temática, usaram da palavra o **Prof. Doutor Luís Lobo-Fernandes**, Prof. Catedrático da Universidade do Minho, Cátedra Jean Monnet, o **Dr. António Figueiredo Lopes**, Presidente EuroDefense-Portugal, e o aluno **Pedro Lima**, finalista de Relações Internacionais e membro do Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais (CECRI).

Congratulamo-nos com a excelência, a clareza, a profundidade e a oportunidade das exposições feitas pelos conferencistas do painel “*O novo quadro estratégico Europeu*”, onde sucessivamente foram analisadas a evolução da Estratégia Europeia de Segurança e as alterações mais significativas do Tratado de Lisboa, o aprofundamento das relações UE-NATO, o papel dos jovens na política Europeia de Segurança e Defesa e as implicações para os Estados-membros e os desafios e opções que se colocam para Portugal.

Merece igualmente referência muito especial o trabalho harmonioso, coordenado e coerente desenvolvido pela **Comissão Organizadora**, constituída pela **Prof^a. Doutora Ana Paula Brandão** (UnMinho), **MGen Augusto Melo Correia** (ED-Portugal), **Cor António Rosas Leitão** (ED-Portugal), **Cor Américo Rodrigues Paula** (ED-Portugal), **Dr. Filipe Alves** (CECRI), Pedro Costa (Aeropagum), **Dr.^a Ana Isabel Xavier** (DECIDE), **Dr. Marco Ribeiro da Silva** (DECIDE-Braga), reflectindo a parceria alargada que se constituiu para levar a bom termo esta iniciativa.

Realça-se também a metodologia que presidiu à organização desta Conferência, particularmente orientada para a participação efectiva das Associações de Estudantes de Relações Internacionais, na sua preparação e realização, onde se evidenciam nesta publicação os textos compilados e elaborados pelos alunos da Universidade do Minho.

Nesta participação dos jovens universitários na reflexão e debate das temáticas em análise na Conferência, salienta-se o trabalho muito interessante e competente de um grupo de alunos do CECRI que, sob a orientação científica da Prof.^a Doutora Ana Paula Brandão e a coordenação da Dr.^a Diana Alexandra Ferreira Oliveira, se empenharam não só nos apoios logísticos necessários para a realização desta Conferência em Braga, como prepararam e elaboraram documentos que serviram de base às intervenções na Sessão de Abertura e na fase de Debate, realizando ainda um excelente trabalho de compilação e síntese das inúmeras e oportuníssimas intervenções que tiveram lugar durante o Debate, que constitui a base deste edição.

Aqui renovamos os nossos agradecimentos à Secção de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho, em Braga, que acolheu esta Conferência, nomeadamente ao Prof. Doutor Luís Lobo-Fernandes, a cuja visão estratégica da importância da sociedade civil no mundo de hoje se deve a realização e o sucesso desta Conferência, e a todos os que nela participaram. Agradecimento e realce particular deve ser feito aos distintos conferencistas, ao excelente papel de liderança da Prof^a Doutora Ana Paula Brandão, na sua qualidade de coordenadora científica da Conferência e de incansável e eficaz elo de ligação com o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, ao Centro de Documentação Europeia da Universidade do Minho (CDEUMINHO), às Associações DECIDE, NICPRI, CECRI e

Aeropagum, aos estudantes que generosamente e de forma muito competente colaboraram nos trabalhos e à Comissão Organizadora que teve vontade e capacidade para organizar e conjugar os esforços necessários para o êxito desta iniciativa.

Por último, sublinha-se uma vez mais a importância na metodologia de congregação da sociedade civil na organização e divulgação deste Seminário, particularmente orientada pela participação efectiva das Associações de Estudantes de Relações Internacionais na preparação e da realização da Conferência. Cabe aqui também realçar a excelente colaboração do Dr. Marco Ribeiro da Silva, membro da delegação da DECIDE em Braga, que assegurou uma efectiva e oportuna cobertura do evento por alguns órgãos da Comunicação Social local e nacional.

Lisboa, Junho de 2010

O Presidente da Direcção

António Figueiredo Lopes

Temas do Debate

Enquanto os conflitos nos Balcãs, em África, no Médio Oriente e na Ásia Central/Afeganistão persistirem e a ameaça de terrorismo na Europa se perpetuar, maximizar a eficácia e adaptabilidade da actual Política Europeia de Segurança e Defesa continuará a ser uma das grandes prioridades da UE e dos Estados-membros.

Os EUA alteraram a sua visão estratégica conjunta e contam com a Europa para uma partilha de liderança e uma abordagem mais forte, mais comprometida e mais coerente perante os novos, multifacetados e crescentemente complexos desafios, riscos e ameaças, nomeadamente em relação ao Afeganistão.

A tomada de posse da nova Administração dos EUA pode assim constituir uma janela de oportunidade para uma maior eficácia do multilateralismo perante os desafios da segurança internacional.

Esta mudança de atitude estratégica nas relações transatlânticas, conjuntamente com a reintegração da França na estrutura militar integrada da NATO e com o facto de esta Aliança ter dado início ao processo de revisão e actualização do seu Conceito Estratégico, no sentido de debater a sua futura vocação como aliança político-militar, recomenda a urgente redefinição de prioridades para a Segurança Europeia, no quadro de um novo sistema de segurança euro-atlântico.

O reforço e a flexibilização de uma parceria estratégica renovada UE-NATO e a implementação da Estratégia Europeia de Segurança, à luz das orientações do Conselho Europeu de Dezembro de 2008, são assim etapas fundamentais neste processo de mudança de atitude estratégica.

No quadro do multilateralismo efectivo, em que medida as capacidades, as fraquezas e os recursos individuais dos Estados-membros vão influenciar a implementação de uma estratégia de segurança e defesa colectiva da Europa?

Que mais poderá ser feito no quadro de uma nova arquitectura de segurança euro-atlântica, para reforçar as capacidades civis e militares, alcançar os objectivos do Tratado de Lisboa relativamente ao reforço de ambição e capacidades, através da “cooperação estruturada permanente” e, simultaneamente, responder à complexidade crescente das ameaças à segurança internacional (alterações climáticas e recursos naturais, segurança energética, ciberterrorismo, proliferação de armas de destruição maciça, terrorismo e pirataria marítima)?

Organizada em parceria pela Secção de Ciência Política e Relações Internacionais da Escola de Economia e Gestão, da Universidade do Minho, e pelo Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, a Conferência sobre “O novo quadro de Segurança e Defesa Europeia – desafios e opções para Portugal” visa:

- Reflectir e debater o novo quadro de Segurança e Defesa Europeia e sua conexão com os interesses de Portugal, tendo em consideração:
 - (i) a previsível ratificação do Tratado de Lisboa;

- (ii) os novos riscos e ameaças identificados no relatório de avaliação da implementação da Estratégia Europeia de Segurança (EES);
 - (iii) as decisões do Conselho Europeu de 11 de Dezembro de 2008, designadamente no que se refere ao desenvolvimento de capacidades da PESD e ao reforço da coordenação civil-militar;
 - (iv) a nova administração dos EUA, a mudança de atitude estratégica nas relações transatlânticas e a janela de oportunidade para alcançar uma maior eficácia multilateral perante os desafios da segurança internacional;
 - (v) a reintegração da França na estrutura militar integrada da NATO, a revisão do Conceito Estratégico da NATO e sua incidência numa parceria estratégica renovada UE-NATO.
- Sensibilizar a opinião pública para os assuntos comunitários, nomeadamente na vertente da Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD).
 - Congregar a participação activa de jovens universitários na reflexão e debate sobre o processo de construção e integração da União Europeia, num caminho de partilha e de compromisso comunitário mas também de respeito e de garantia pelos interesses nacionais.

Programa da Conferência

14:15 **Recepção dos participantes**

14:30 **Sessão de Abertura**

- **Prof. Doutor Luís Lobo-Fernandes**, Prof. Catedrático da Universidade do Minho, Cátedra Jean Monnet
- **Dr. António Figueiredo Lopes**, Presidente do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal
- **Pedro Lima**, Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais (CECRI)

15:00 **Painel – “O novo quadro estratégico Europeu”**

Moderador:

- **Prof.^a Doutora Ana Paula Brandão**

Subtemas:

“A evolução da Estratégia Europeia de Segurança – opções para Portugal”

- **TGen Abel Cabral Couto**

“O aprofundamento das relações UE-NATO – oportunidades, desafios e opções para Portugal”

- **Prof. Doutor José António Palmeira**

“A participação de Portugal na Política Europeia de Segurança e Defesa – que papel para os jovens?”

- **Dr.^a Ana Isabel Xavier**
- **Dr.^a Liliana Domingues Reis**

16:30 **Debate**

- Texto-síntese e questões/comentários a apresentar no início do debate pelo **Dr. Filipe Alves**

17:30 **Encerramento**

- **Prof.^a Doutora Ana Paula Brandão**
- **MGen Augusto de Melo Correia**



Indivisibilidade e o carácter elástico da nova fronteira de segurança

Notas da alocução proferida pelo Prof. Doutor Luís Lobo-Fernandes¹ na Sessão de Abertura da Conferência “*O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e opções para Portugal*”

Boa tarde. Saúdo todos os presentes em nome da Universidade do Minho.

Desejo, em primeiro lugar, agradecer ao Centro de Estudos EuroDefense-Portugal na pessoa do seu ilustre presidente da Direcção, Senhor Dr. António Figueiredo Lopes, a escolha da Universidade do Minho para sede da iniciativa deste ano intitulada “O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e opções para Portugal”. Cumpre-me igualmente agradecer, em especial, ao Senhor General Augusto Melo Correia e à Senhora Professora Ana Paula Brandão todo o trabalho e cooperação que colocaram na realização deste evento.

Hoje, é cada vez mais perceptível que a chamada fronteira de segurança é em grande medida elástica e fortemente desterritorializada, operando numa escala geográfica de grande magnitude. Por outro lado, fragmentação e volatilidade nos vários subsistemas internacionais contribuem para adensar o complexo espectro de ameaças com o qual estamos confrontados. Permitir-me-ia talvez colocar, desde logo, como mote para a discussão, as seguintes interrogações iniciais:

- Num mundo mais globalizado, em rápida mutação, marcado por uma nova distribuição de poder, não deve a Europa desempenhar um papel estabilizador no sistema internacional e constituir uma referência essencial de paz?
- Não deve a União Europeia ter um papel moderador mais activo?
- Como consegui-lo?

Ora, parece manifesta a ausência de um discurso estratégico europeu em matéria de segurança num contexto caracterizado pela própria indivisibilidade da segurança internacional. Tal omissão, gravosa, contrasta com as novas exigências do ciclo internacional em que nos encontramos. Mais, relembra aqui uma proposição crucial de Amitai Etzioni quando pergunta até que ponto será possível sustentar o elevado patamar de integração económica e monetária já alcançado, com um nível muito mais fraco de integração dos pilares políticos. Não seria tempo, aproveitando o balanço da aprovação do Tratado de Lisboa, de melhorar decisivamente o funcionamento e a eficácia da política externa da EU, no caminho de uma nova ambição?

Não é especialmente árduo perceber por que é que precisamos de um novo tratado. Os desafios, os problemas globais muito sérios que enfrentamos não podem ser resolvidos por uma potência isoladamente, antes requer uma estratégia, rumos concertados. Os tratados que regulam actualmente a União Europeia não são suficientes para este efeito, porque foram pensados noutro contexto, para 6 Estados-Membros e não 27. As questões ambientais, climáticas e

¹ Luís Lobo-Fernandes é professor catedrático de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho e titular da Cátedra Jean Monnet de Integração Política Europeia.

energéticas; as questões relativas à paz, à segurança, aos novos padrões de terrorismo transnacional, e à criminalidade organizada; as questões relacionadas com o impacto do desenvolvimento científico-tecnológico – que não conhecem fronteiras – no âmbito da chamada sociedade do risco; as questões que se prendem com a gestão dos fluxos financeiros; as questões relativas ao desemprego, à precariedade do emprego, à sustentabilidade dos sistemas de segurança social – tudo isto exige mais interacção e conjugação de esforços. O albergue seguro do Estado soberano deixou de o ser. E, a melhor maneira de defender os valores da sociedade aberta e democrática é através de um modelo de soberanias compartilhadas. Não deverá a Europa, pois, tentar projectar uma política externa mais coerente e suficientemente enérgica na base dos seus valores e interesses legítimos?

E, no que respeita a Portugal? Aqui é fundamental – diria mesmo um imperativo – que o nosso país também dê um contributo nítido e ambicioso, mais presente, para a redução dos factores de vulnerabilidade em matéria de segurança, aumente a sua relevância internacional, e desenvolva uma modernização selectiva e criteriosa dos seus recursos, sobretudo dos mais valiosos a saber, os recursos humanos, e, em especial, a juventude. Não é um cliché. Em rigor, nunca poderia haver aqui qualquer ponta de paternalismo. Antes, corresponde a uma visão inteligente e actuante dos papéis da Universidade e àquilo que deve constituir uma cultura de exigência. É seguramente por isso que aqui estamos. Formulo a todos votos de bom trabalho.

Muito obrigado.

O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e Opções para Portugal –

Pedro Lima
Centro de Estudos do Curso de Relações
Internacionais – CECRI

A temática que aqui hoje nos reúne não é nova nem tão pouco recente, antes pelo contrário, a preocupação com a Segurança e Defesa na Europa de modo a garantir a manutenção de uma paz duradoura é já uma herança secular, enriquecida e dinamizada pelo contributo de muitos. Alguns desses contributos ajudaram a construir a União Europeia (UE) que hoje conhecemos.

Durante décadas o projecto europeu foi capaz de enterrar os fantasmas do passado, um passado de pretensões belicistas que não iam para além da dimensão territorial e das riquezas aí existentes, um passado onde só no século XX se geraram duas guerras mundiais. Hoje a UE encontra-se perante uma nova etapa.

Após um percurso de sucesso, embora nem sempre pleno, mas cujo objectivo principal foi alcançado, pois a paz é uma constante entre os Estados Membros (EM's), a União prepara-se para entrar em Lisboa. Após haver integrado as suas preocupações em matéria de segurança no Tratado de Maastricht com a criação de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e com o apelo a uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) a União fortalece-se em Amesterdão.

Aqui, a União rompe definitivamente com o tabu que vinha desde o fracasso da Comunidade Europeia de Defesa (CED) em 1954, plasmando o empenhamento na definição progressiva de uma política de defesa comum, criando a figura do Alto Representante para a PESC de forma a coordenar a sua acção externa, e identificando as missões de Petersberg (originalmente da competência da UEO) como tarefas da União².

O consenso político de Saint Malo (1998) e subsequentes decisões no âmbito do Conselho Europeu de Colónia (1999) consubstanciam um novo passo em frente. Com a criação da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), a União comprometeu-se a desenvolver as suas capacidades militares e, após Santa Maria da Feira, também civis, de gestão de crises e de prevenção de conflitos à escala internacional, contribuindo assim para a manutenção da paz e da segurança internacional, em conformidade com a Carta das Nações Unidas³. De então para cá, e passando por Nice, algumas inovações foram introduzidas, particularmente com vista a constituição das estruturas políticas e militares permanentes que consagram uma política de segurança autónoma e operacional.

² Tratado de Amesterdão, disponível em:

http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/amsterdam_treaty/a09000_pt.htm

³ “Política europeia de segurança e de defesa (PESD)”, Europa Glossário, disponível em:

http://europa.eu/scadplus/glossary/european_security_defence_policy_pt.htm

Apresentado este enquadramento geral sobre o percurso e posicionamento do projecto de segurança e defesa europeia cabe-nos indagar sobre os novos desenvolvimentos. Permitirá este novo Tratado melhorar a eficácia e a presença internacional da UE? Contribuirá este tratado para agilizar e dinamizar uma verdadeira Política Comum de Segurança e Defesa capaz de fazer frente a nova realidade que hoje se nos apresenta?

Hoje a realidade é distinta, uma galopante globalização e o acentuar das relações de interdependência tornam as pretensões belicistas de outrora praticamente inconcebíveis. Não obstante, novos desafios se colocam. O 11 de Setembro de 2001, aliado aos atentados de Madrid e de Londres, é um marco incontornável do despertar para esta nova realidade: uma realidade sem fronteiras na qual proliferam o fanatismo religioso, os nacionalismos étnicos, o racismo, a proliferação de Armas de Destruição Maciça, o terrorismo transnacional e os conflitos regionais alimentados pelo fantasma da pobreza⁴. O próprio conceito de segurança e defesa vê-se hoje a braços com uma mudança conceptual. As ameaças são hoje uma realidade multidimensional, não se restringindo apenas a implicações do uso da força pois compreendem já realidades da dimensão ambiental, passando pela segurança energética e alimentar, e abarcando ainda, como recentemente se pode assistir com o novo vírus da estirpe H1N1, a própria saúde pública, entre muitas outras dimensões.

Vejamos então quais os principais contributos de Lisboa para o quadro de Segurança e Defesa Europeia. Neste novo Tratado esta previsto todo um conjunto de inovações, de entre as quais a figura de um Presidente do Conselho Europeu que será o rosto da União; o cargo de um Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança que será, em simultâneo, Presidente do Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros e vice-presidente da Comissão Europeia, isto com o objectivo de reforçar a eficácia e coerência da acção externa da União. É também contemplada a criação de um Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE) com a finalidade de assistir o Alto Representante no exercício das suas funções⁵.

Numa alteração de semântica a PESD passa a designar-se de Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), e para além das “tarefas de Petersberg” as missões no seu âmbito poderão também contribuir para “a luta contra o terrorismo”, inclusive prestando apoio a países terceiros (art. 43º). O novo Tratado inclui ainda a possibilidade de “Cooperações Estruturadas Permanentes” (CEP) e de Cooperações Reforçadas, mecanismos que permitirão uma maior flexibilidade, pois, em caso de bloqueio, um conjunto de Estados que demonstre ter as capacidades e que pretenda avançar na área da segurança e defesa poderá fazê-lo ao abrigo destas cooperações⁶.

⁴ Vice-almirante António Rebelo Duarte, “A Europa da Segurança e Defesa”, Cadernos Navais, N.º 25, Abril-Junho 2008, p. 9.

⁵ Sebastian Kurpas, *The Treaty of Lisbon - How much ‘Constitution’ is left?* An Overview of the Main changes, Centre for European Policy Studies, December 2007, pp. 5-6, disponível em: <http://www.ceps.be/book/treaty-Lisbon-how-much-constitution-left-overview-main-changes>

⁶ Nuno Severiano Teixeira, “European defence: a future challenge”, *What ambitions for European defence in 2020*, July 2009, p. 142.

Mas duas das mais importantes inovações deste Tratado dizem respeito à *cláusula de solidariedade* que visa a prestação de auxílio a um Estado-Membro no caso de este ser vítima de um ataque terrorista, ou vítima de uma catástrofe natural ou de origem humana, e à instituição de um *pacto de auxílio e assistência mútua* entre os Estados-Membros (por todos os meios ao seu alcance) em caso de agressão armada a um deles⁷.

De todas as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, a *cláusula de solidariedade* e o *pacto de auxílio e assistência mútua* são, sem dúvida, a espinha dorsal de um desejo efectivo em avançar com uma União capaz de se expressar no panorama internacional vendo o seu poderio económico e diplomático sustentado por uma estrutura militar credível, e, quando se justifique necessário, verdadeiramente autónoma.

Mas, como se diz em bom português, “não há bela sem senão”, e apesar dos avanços introduzidos por Lisboa, fortes limitações persistem ao avanço de uma efectiva PCSD. A regra da unanimidade mantém-se como princípio geral de decisão (art. 42º nº 4 do TUE) no âmbito da PCSD, isto numa União cada vez mais alargada onde a unanimidade se prevê cada vez mais difícil de alcançar. O *pacto de auxílio e assistência mútua*, algo que se assemelharia ao artigo 5º do Tratado de Washington, encontra-se desde logo limitado dado que a referida assistência não poderá afectar as especificidades da política de segurança e defesa de determinados Estados-membros, naquela que é uma referenda clara a política de neutralidade militar de alguns dos membros da União⁸. Estas são apenas algumas das limitações mais visíveis, no entanto muitos mais obstáculos se poderão encontrar num Tratado que embora apresente avanços substanciais peca pelo excesso de retórica e pela falta de clareza e objectividade na definição de uma linha orientadora dos desígnios desta União em matéria defesa.

Discutindo-se aqui “O novo quadro de Segurança e Defesa Europeia”, é incontornável que falemos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), até porque neste Tratado se encontra plasmado o respeito pelos compromissos assumidos no quadro desta pelos EM’s que desta Aliança façam parte.

A questão da NATO é uma questão ambígua, e de difícil manuseamento. Durante quatro décadas, e recorrendo as palavras do embaixador José Cutileiro “...os europeus andaram em primeira classe com bilhete de turística...”⁹. Agora que a União assume a urgência de contribuir com a sua parte do fardo com a segurança e defesa, surge a necessidade de estas duas instituições não entrarem em dinâmicas de competitividade, nem tão pouco de verem os seus papeis duplicados em prejuízo dos orçamentos dos EM’s com presença em ambas, tal como é o caso de Portugal.

⁷ Alexander Stubb, “In search of smart power”, What ambitions for European defence in 2020, July 2009, p. 129, disponível em:

http://www.iss.europa.eu/uploads/media/What_ambitions_for_European_defence_in_2020.pdf

⁸ Isabel Camisão e Luís Lobo-Fernandes, “A União Europeia num mundo globalizado. Desafios actuais, respostas futuras”, Março de 2007, p. 16, disponível em

http://www.ieei.pt/files/Background_paper_UE_num_mundo%20globalizado_UMinho.pdf

⁹ Duarte, *op. cit.*, p. 8.

Ate ao momento, discernir entre competitividade e complementaridade não se tem revelado tarefa fácil. A NATO existe e tem desempenhado um papel relevante na manutenção da paz, a União existe e necessita desempenhar parte desse papel. Perante tal cenário julgamos que a complementaridade entre a NATO e a PCSD seja o caminho a seguir. Senão vejamos, as missões levadas a cabo pela União ao abrigo dos acordos “Berlim plus” (Bósnia e Antiga Republica Jugoslava da Macedónia) possibilitaram uma rara situação de “win – win”.

Por um lado a União foi capaz de desenvolver competências que lhe permitem intervir na resolução de crises na sua vizinhança, por outro lado a NATO (em particular os EUA) foi capaz de desviar esforços militares do continente europeu para outros locais do globo onde situações mais exigentes requerem a sua participação¹⁰.

Este é apenas um dos exemplos de benefícios possibilitados por uma posição de cooperação entre a NATO e a UE e para a qual (UE) podem advir benefícios que de outro modo dificilmente se nos colocariam. Desde logo o cultivo de uma cultura de segurança e defesa, cultura esta de que a União não dispõe ainda, ao contrário da NATO cujo áxis reside precisamente na segurança e defesa. Uma convergência de interesses que possibilite ao mesmo tempo uma autonomia, caso tal se revele necessário, da PCSD para defender os interesses da União, será, a nosso entender, a melhor das vias a seguir, não só devido às diferentes visões intra-europeias, mas também devido a essa falta de cultura de segurança e defesa que levará ainda o seu tempo a ser implementada.

No que concerne aos EM's, e neste caso a nível nacional, Portugal terá de se adaptar ao facto de ser uma pequena potência e de estar numa posição cada vez mais periférica em relação ao centro de poder de decisão da União que se tem vindo a deslocar para Leste. No entanto esta posição periférica no continente europeu permite-nos ter uma posição central quando olhados do Atlântico, e é precisamente esta a posição da qual Portugal tem de tirar o máximo partido. Esta centralidade Atlânticista aliada à nossa excelente capacidade diplomática, cujo mérito granjeia reconhecimento nos quatro cantos do globo, deve ser âncora da nossa participação no desenvolvimento efectivo de uma PCSD que deve, como já referido, passar pela complementaridade das estruturas da Aliança Atlântica com as capacidades e estruturas que a União venha a desenvolver. É evidente que não podemos descurar o nosso papel no seio da própria União e como tal teremos de desenvolver esforços para que tenhamos uma voz nas decisões a tomar, voz esta que não podendo ser expressa pela nossa grandeza o deverá ser pela nossa história e pela nossa cultura.

O mundo mudou, é um dado adquirido, mas a geografia mantém-se intacta. Portugal mantém-se enquanto porta de entrada da União, tem uma fronteira considerável com o Atlântico, uma posição estratégica fase ao Mediterrâneo, conhecimento e presença em África, capacidade de relação transatlântica, e ainda registo de uma presença nos quatro cantos do

¹⁰ Jolyon Howorth and Anand Menon, “Still Not Pushing Back: Why the European Union Is Not Balancing the United States”, *Journal of Conflict Resolution*, Oct 2009; vol. 53, pp. 736-737, disponível em: <http://jcr.sagepub.com/cgi/content/abstract/53/5/727>

mundo da qual nos devemos orgulhar e da qual devemos tirar o máximo partido¹¹. Perante tais factos Portugal deve unir esforços no sentido de ver reconhecida a sua vocação Atlanticista e o seu papel preponderante na NATO como factor relevante da nossa contribuição aos avanços de uma PCSD.

Uma Europa a 27 e com mais pretendentes à adesão suscita-nos a questão: existirá nesta Europa alargada a possibilidade de implementar uma cultura de segurança e defesa comum? Numa Europa onde alguns tendem a privilegiar o laço Atlanticista, outros a autonomia europeia e outros ainda as suas próprias preocupações, como o caso da Grécia com a sua vizinha candidata a adesão (Turquia). Não obstante existe ainda o conjunto de países militarmente neutros, como o caso da Suécia e Irlanda, e o conjunto de países da Europa Central e de Leste cujo passado histórico os coloca reticentes perante avanços nesta área, além de que a maioria deles se encontram extremamente favorável ao papel desempenhado pela NATO em detrimento das capacidades da União¹².

Como tal, urge dotar a União de uma “Cultura de Segurança e Defesa Comum”, urge explicar aos cidadãos o que se pretende atingir com esta Europa, urge lembrar os cidadãos sobre o passado não muito distante de disputas em solo europeu. É necessário consciencializar os Europeus para a necessidade de uma Europa unida e com plenas capacidades estruturais e funcionais em todas as suas dimensões. Neste âmbito temos que reconhecer o mérito das Associações EuroDefense, e em particular do EuroDefense-Portugal cujo Presidente, Dr. António Figueiredo Lopes, temos a honra de aqui hoje receber. Estas associações perseguem precisamente o objectivo de consciencializar a sociedade civil e, na presente iniciativa, os jovens, para a necessidade de uma Europa unida, forte e coesa, muito em especial no que concerne à Segurança e Defesa.

¹¹ Ministro de Estado e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Portas, “Depois do Euro a Política de Defesa da União Europeia”, Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, Março 2003, caderno 3, pp. 56-59, disponível em: http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/eurodefense/cadernos/Caderno_3-Depois_Euro_Pol_Defesa_UE-port.pdf

¹² Edwards, “Is There a Security Culture in the Enlarged European Union”, *The International Spectator*, March 2006, pp. 8-9, disponível em: <http://www.ialit/pclif/articles/edwards.pdf>

Nota Introdutória: Uma Política em Expansão

Ana Paula Brandão

Professora da Universidade do Minho

Em 1999, os Chefes de Estado/Governo, reunidos no Conselho Europeu de Colónia, decidem dotar a União Europeia de capacidade de actuação militar autónoma:

Nós, membros do Conselho Europeu, estamos decididos a que a União Europeia desempenhe integralmente o seu papel na cena internacional. Para tal, pretendemos dotá-la dos necessários meios e capacidades que lhe permitam assumir as suas responsabilidades relativamente a uma política europeia comum de segurança e defesa. (...) Para esse efeito, a União deve dispor de capacidade de acção autónoma, apoiada em forças militares credíveis, de meios para decidir da sua utilização e de vontade política de o fazer, a fim de dar resposta às crises internacionais, sem prejuízo das acções a empreender pela NATO.

Alcançado o consenso, procede-se à edificação orgânica e à dotação de meios e capacidades para execução da política. Ainda antes da operacionalização, o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, confirmando o contributo da diversidade na unidade pela voz dos países militarmente neutrais, aprova o primeiro alargamento da agenda da nova política com a introdução da dimensão civil (polícia, Estado de Direito, administração civil, protecção civil). Em Dezembro 2001 é declarada a operacionalidade institucional e em Maio de 2003, a operacionalidade militar: “a UE dispõe agora de uma capacidade operacional para todo o leque das missões de Petersberg, limitada e restringida pelas lacunas que se reconhecem”¹³.

A emergência da PESD e a crise iraquiana tornam imperativa uma definição estratégica comum. A Estratégia Europeia de Segurança, aprovada em Dezembro de 2003, resulta de uma avaliação comum das ameaças assente em quatro ideias centrais: a abordagem compreensiva da segurança, a interconexão das ameaças (“multiplicador de ameaças” / “ameaças dinâmicas”), o nexó entre segurança e desenvolvimento e a ligação entre as dimensões interna e externa da segurança.

A Política Europeia de Segurança e Defesa é considerada uma das áreas mais dinâmicas da última década da construção europeia, demonstrando a sua resiliência em contexto de crise:

*I would like to start with a paradox: of all the prerogatives of states, security and defence policy is probably the one which lends itself to a collective European approach; however, after the single currency, it is in this dimension that the Union has made the most rapid and spectacular progress over the last five years.*¹⁴

¹³ Conselho da União Europeia. “2509ª Sessão do Conselho – RELAÇÕES EXTERNAS – Bruxelas, 19-20 de Maio de 2003.” [9379103 (Presse 138)].

¹⁴ Solana, Javier. “Preface” In EU Security and Defence Policy: The First Five Years (1999-2004), ed. Nicole Gnesotto, Paris: ISS. 2004, disponível em: <http://www.iss.europa.eu/uploads/media/5esdpen.pdf>

Comprovativos do dinamismo são: a expansão geográfica e a diversificação das operações/missões (militares, civis, mistas); a coordenação entre meios militares e civis, constituindo a UE um laboratório nesta matéria; a diversificação de tipo de forças; a expansão da agenda da PESD¹⁵; a internacionalização de uma política de incidência externa, associada a luta contra o terrorismo transnacional; as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa.

A implementação da renomeada “Política de Segurança e Defesa Comum” tem um triplo significado que importa sublinhar: a introdução da componente militar que catalisou o debate sobre a natureza da União Europeia; a dimensão operacional e o relançamento de uma PESC criticada pelo excesso de declaratividade em detrimento da acção; o reconhecimento a União Europeia como actor de segurança.

Pese embora o progresso, persistem constrangimentos institucionais, políticos e materiais cuja superação exige um esforço colectivo, condição fundamental para a credibilidade da União Europeia como actor de segurança.

Volvida uma década de construção da PESD, propomo-nos com esta iniciativa contribuir para o exercício de avaliação em curso, privilegiando dois temas relevantes para a nossa academia: as implicações do progresso desta política para Portugal; o papel dos jovens no âmbito da mesma.

¹⁵ Cooperação no domínio do armamento no âmbito da Agência de Defesa Europeia, reforma do sector de segurança em contextos de reconstrução e estabilização, conforme os princípios da boa governação e dos direitos humanos, contra-terrorismo, direitos humanos (protecção de mulheres e crianças em conflitos), segurança energética (segurança das infra-estruturas).

O Aprofundamento das Relações UE-NATO: Oportunidades, Desafios e Opções para Portugal

José António Palmeira

Professor da Universidade do Minho

Sessenta anos depois da sua criação, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) prepara um novo conceito estratégico adequado à complexidade do sistema internacional no início do século XXI. Simultaneamente, a União Europeia (UE) procura no Tratado de Lisboa a sua afirmação como actor global. Membro de ambos os espaços geopolíticos, Portugal tem na consolidação da comunidade lusófona e na geometria variável da sua política externa o seu principal factor de poder nas relações internacionais.

Quando, em 4 de Abril de 1949, subscreveu o Tratado de Washington, Portugal viu traçado o seu destino geopolítico. Apesar da natureza (autoritária) do seu regime político, Lisboa sentou-se à mesa dos aliados que viam no Atlântico Norte o principal reduto da sua segurança face às ameaças vindas do leste. A geografia foi mais importante do que o regime e o atlantismo impôs-se como conceito político. Apesar de reticente, ao ponto de evocar os compromissos com a Espanha de Franco – fruto do Pacto Peninsular e do Bloco Ibérico –, Salazar cedeu às pretensões dos Estados Unidos da América (EUA), influenciado pelo aliado britânico.

Embora a guerra colonial, no início da década de sessenta, tenha perturbado o relacionamento com os aliados, designadamente os EUA, a verdade é que as Lajes (Açores) não deixaram de cumprir o seu papel de ponte entre os dois lados do Atlântico, transformando Portugal numa espécie de pilar dessa relação (parafrazeando o Comandante Virgílio de Carvalho). A NATO também sobreviveu à contestação revolucionária de 1974/1975 e a uma deriva terceiro-mundista, gorada pelos resultados das primeiras eleições de 1975 e pela orientação moderada dos governos constitucionais que se lhe seguiram.

Foi pela mão do primeiro desses governos que em 1977 Portugal formalizou o pedido de adesão às Comunidades Europeias que se viria a consumir em 1986, coincidentemente com a adopção do Acto Único Europeu. Pela mesma altura Gorbachev iniciava as reformas que conduziram a queda do Muro de Berlim (1979) e implosão da União Soviética (1991), inaugurando uma era de desanuviamento e optimismo, plasmada no Tratado da União Europeia (1992) que calendarizou a União Económica e Monetária e projectou uma união política.

A guerra nos Balcãs refreou o optimismo europeu e os sucessivos alargamentos da UE a leste comprometeram o aprofundamento que os europeístas mais convictos desejariam. O fracasso do Tratado Constitucional é espelho disso, embora o tratado reformador (Lisboa) que lhe sucedeu concretize os principais objectivos nele consagrados. E o caso da criação dos cargos de Presidente do Conselho Europeu e de Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (também vice-presidente da Comissão Europeia), secundado por um Serviço de Acção Externa (uma espécie de corpo diplomática europeu).

O Tratado de Lisboa estabelece a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e a possibilidade de se desenvolver nesta área uma “*cooperação estruturada permanente*”, abrindo

a porta a decisões por maioria e congregando os países com maior capacidade militar ao nível do equipamento, indústria e do envolvimento em missões internacionais.

Essas alterações não são de pormenor, uma vez que a integração numa “*cooperação estruturada permanente*” passa pelo empenhamento nas missões militares internacionais, com a cobertura das Nações Unidas, e pela aposta numa Indústria de Defesa que na UE se poderá desenvolver de forma integrada, mediante a produção em rede de arsenal bélico. No caso de Portugal, empresas como as OGMA ou estaleiros navais poderão beneficiar directamente com essa política.

Não despreciando será também o investimento nacional no futuro Serviço de Acção Externa da UE de forma a garantir que Lisboa tenha um papel activo nomeadamente nas capitais dos oito Estados membros das Comunidades de Países de Língua Portuguesa (CPLP), liderando aí a representação diplomática europeia. Para esse desiderato ser alcançado importa assumir a lusofonia como um projecto político efectivo e aprofundar vertentes como a da cooperação militar, tanto do ponto de vista técnico como estratégico. Portugal devera ainda reivindicar um papel activo relativamente a Estados do G20, como a China (devido a Macau) e a Índia (Goa acolhe em 2013 as Jogos da Lusofonia), bem como naqueles onde esta mais presente a sua diáspora, casos dos EUA, Canada, África do Sul e Austrália.

É também do interesse nacional a especialização nos assuntos do mar, já em certa medida reconhecida com a sediação em Lisboa da Agenda Europeia de Segurança Marítima. Tendo em conta a extensão da zona económica exclusiva (ZEE) portuguesa e do espaço aéreo sob jurisdição nacional, é vital que o País se dote dos meios humanos e materiais indispensáveis a missão de vigilância de uma tão vasta área. A Defesa Nacional, que neste caso também é europeia, deve ser encarada como um serviço público prioritário e investimentos como a aquisição de submarinos para a Armada Portuguesa devem ser explicados dentro desses objectivos estratégicos.

A dotação de meios para o cumprimento cabal das missões nacionais e internacionais no domínio da Defesa é um imperativo estratégico para o País, caso este queira manter o estatuto do Comando Regional da NATO sediado no seu território, num cenário de concorrência com a Espanha (integrada em 1987) e com a França (agora de regresso a estrutura militar da NATO).

Tal como hoje se afigura desadequado considerar estanques as políticas interna e externa, também o é desligar a Segurança da Defesa ou colocar nos antípodas o que é civil e militar. Podem sê-lo, de facto, no plano institucional, mas do ponto de vista operacional a sua acção está cada vez mais interligada, daí a importância da coordenação e da interoperabilidade. A Internet ou os satélites espaciais são exemplos dessa conexão entre a utilização civil e militar, tal como, no terreno, as ameaças à segurança estão por vezes camufladas – como se tem verificado com os actos de pirataria ao largo da Somália.

A competitividade de um país passa pela sua capacidade para estar no centro do desenvolvimento tecnológico, campo em que a Europa tem perdido terreno para outras latitudes – tendo a Estratégia de Lisboa sido lançada em 2000, para produzir efeito no prazo de dez anos, sem resultados aparentes. Há, no entanto, projectos relevantes em curso, como o Galileu, para

criar o GPS europeu, sendo também de sublinhar a acção da Agenda Espacial Europeia que Portugal também integra e que poderá ter nos Açores uma base de suporte as suas missões.

O aprofundamento das relações entre a UE e a NATO remonta a década do noventa, com a institucionalização da Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) que permite a UE recorrer a forças dos Estados membros adstritas a NATO para operações do seu interesse estratégico, segundo o princípio de forças “separáveis mas não separadas”. Já na década de oitenta a União da Europa Ocidental (UEO) havia sido “ressuscitada” por Estados da Comunidade Europeia acabando por se dar a sua crescente diluição na UE que reservou para si missões humanitárias e de manutenção de paz (Petersberg). A Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) acabaria por consolidar (1999) um dos pilares de Maastricht (1992) – Política Externa e de Segurança Comum (PESC) – apesar da dificuldade em operacionalizar uma Força de Reacção Rápida.

O incremento da integração europeia e o previsível alargamento das missões da NATO no âmbito de operações “*fora de área*” desafiam Portugal a seguir uma geoestratégia coerente com a maximização das suas potencialidades e minimização das suas vulnerabilidades.

Devido ao carácter supranacional da União Económica e Monetária, Lisboa tem em Bruxelas a sua principal âncora em matéria de comprometimento político. A sua aposta em integrar o “pelotão da frente” da União revelou-se acertada e foi de alguma forma reconhecida pela indigitação de um português para presidir à Comissão Europeia. O lançamento pela Comissão Barroso da Política Marítima Europeia é um exemplo de como é possível incutir uma marca nacional na “governança” comunitária, sem com isso pôr em causa a independência a que o cargo obriga. À própria indigitação de Barroso não terá sido alheio (mesmo considerando os méritos pessoais que presidem a uma escolha) o seu perfil de reconhecido euro-atlantista, num momento (2004) em que o vínculo transatlântico não conhecia os seus melhores dias. A sua recente (2009) reeleição é a melhor demonstração de como a escolha se revelou acertada e reforça a “centralidade política” de Portugal no espaço europeu.

A um país com a posição e a dimensão de Portugal exige-se um esforço maior de centralidade. Geograficamente periférico na Europa, só tem a lucrar com uma UE aberta a outros espaços geopolíticos, desde logo com aqueles com os quais o País faz ponte. Daí a prioridade das presidências portuguesas da União em promover duas cimeiras UE-África (2000 e 2007) e a primeira cimeira UE-Brasil (2007); bem como o empenho de Lisboa nos acordos da UE com os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e a adesão à União para o Mediterrâneo (2008). O diálogo com o Mediterrâneo remonta ao Processo de Barcelona (1995) e as preocupações com a segurança na fronteira sul da Europa deram azo à criação, no mesmo ano – pela Espanha, França, Itália e Portugal – da Eurofor e da Euromarfor.

E, contudo, nos Estados que juntamente com Portugal integram a CPLP, institucionalizada em 1996, que o País encontra suporte para a sua projecção global. A CPLP tem como cimento a lusofonia e esta é a marca do universalismo português, espalhado pelos cinco continentes. Esta característica, simbolizada na própria bandeira nacional, é uma mais-valia em período de globalização

De entre os oito países lusófonos, o Brasil é aquele que major capacidade apresenta, surgindo ao lado da Rússia, Índia e China (BRIC) como uma das potências emergentes do século XXI. Candidato a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas num cenário de reestruturação deste órgão, o Brasil assume-se cada vez mais como um actor relevante do sistema internacional. Do outro lado do Atlântico Sul encontra-se Angola, uma potência regional com relevância na África Austral e no continente em geral, com índices de crescimento muito elevados desde o fim da guerra civil. Angola e Brasil figuram entre os principais produtores mundiais de petróleo e surgem cada vez mais como mercados alternativos aos instáveis Países produtores do Médio Oriente e a imprevisível Venezuela.

Portugal, Brasil e Angola representam dentro da CPLP um triângulo estratégico capaz de projectar o ideário lusófono que, embora radicado na língua, é ambicioso ao nível político.

O Atlântico Sul é uma área óbvia de alargamento da influência da NATO que em 2006, com a intermediação de Portugal, levou a efeito um exercício militar no arquipélago de Cabo Verde. Além deste país africano de língua oficial portuguesa (PALOP), também um outro, São Tomé e Príncipe, tem suscitado interesse político militar, designadamente por parte dos EUA, facto que releva a importância dos Países lusófonos no mar que Adriano Moreira um dia baptizou de Oceano Moreno.

Estados de menor dimensão geográfica e populacional, como Timor-Leste e São Tomé e Príncipe, vêem o seu potencial reforçado devido a riqueza das suas reservas petrolíferas, mas também pela posição estratégica dos respectivos territórios, atributo extensível a Cabo Verde. As ilhas tem um valor estratégico acrescido não só devido ao aumento do tráfego marítimo – dado o apoio logístico que podem prestar – mas também numa conjuntura de proliferação de actos de pirataria ou de tráfico que obriga a uma major fiscalização das águas internacionais. A globalização do comércio mundial reforça a importância estratégica dos Estados localizados nas suas principais rotas.

A Guiné-Bissau, que devido à instabilidade interna se tem tornado um alvo fácil dos roteiros do narcotráfico internacional, é igualmente um Estado a ter em conta, até pela sua posição na transição entre a África árabe e negra. Dos restantes membros da CPLP, Moçambique está localizado no sul do Índico, próximo da ligação com o Atlântico e na rota de significativo comércio marítimo internacional (canal de Moçambique); tal como Timor-Leste que se situa num dos quatro principais corredores entre os oceanos Índico e Pacífico.

A CPLP dispõe de um Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa e está dotada de um Centro de Análise Estratégica, com sede em Maputo (Moçambique). Uma vez por ano reúne, ordinariamente, o Conselho de Ministros da Defesa e desde o ano 2000 que se realizam anualmente exercícios militares conjuntos. O objectivo dos exercícios (Felino) é promover a interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados membros da CPLP tendo em vista a sua eventual participação em missões humanitárias e de manutenção de paz, sob a égide das Nações Unidas.

A comunidade lusófona está representada em todos os quadrantes regionais reconhecidos pelas Nações Unidas – África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), Ásia-Pacífico (Timor-Leste), Europa (Portugal) e Américas (Brasil) – a exemplo das

congêneres Commonwealth e Organização Internacional da Francofonia (OIF). O valor geoestratégico dos Estados membros da CPLP é natural uma vez que o seu espaço corresponde ao do antigo império português e o mesmo obedeceu a uma lógica de controlo de matérias-primas e dos seus principais canais de fluxo por via marítima, de que Malaca foi um dos símbolos. Num período em que as rotas marítimas recuperam a sua relevância estratégica, o aprofundamento da cooperação no seio da CPLP confere-lhe uma utilidade acrescida em áreas como a da segurança e defesa.

Esta deriva pela CPLP pode parecer periférica relativamente ao tema desta intervenção, mas ela revela-se para nós central, uma vez que o poder de Portugal está muito relacionado com a sua capacidade de se servir dos “grandes espaços” que integra potencializando a sua presença em cada um em função da sua ligação aos restantes.

A língua portuguesa (200 milhões de falantes) e o mar (com uma área dezoito vezes superior à superfície terrestre) dão profundidade estratégica ao País e são uma marca do seu universalismo, também reflectido na sua diáspora (5 milhões). Daí a necessidade de apostar na internacionalização do idioma e de valorizar a ZEE – e o espaço aéreo sob a sua jurisdição – aproveitando a potencialidade de se situar nas rotas euromediterrânico e euro-atlântica.

Com a assumpção da China como verdadeiro “império do meio” e uma centralidade nas relações internacionais, o Pacífico tende a assumir predominância geopolítica face ao Atlântico. O mesmo acontece com o Índico, dada a importância crescente da Índia e a relevância energética da Península Arábica (Médio Oriente). A Aliança Atlântica é importante para a centralidade europeia, como equilíbrio a uma eurásia repartida pela UE, Rússia e China.

Portugal deve acentuar a sua identidade europeia, atlântica e lusófona e a sua vocação universalista e tirar partido da profundidade estratégica que confere à UE e à Aliança Atlântica.

É do interesse de Lisboa defender a PCSD como um pilar da relação transatlântica e envolver-se em projectos que sejam comuns às indústrias de defesa da UE, bem como integrar o “pelotão da frente” ou a “primeira velocidade” (cooperações reforçadas) da União.

O conceito estratégico da NATO poderá evoluir no sentido de ampliar a sua capacidade de intervenção a um plano global, o que poderá passar pela celebração de acordos permanentes ou pontuais com outras organizações que desenvolvam capacidades técnico-militares, entre as quais poderá figurar a CPLP (ou algum dos seus membros).

Investindo nos três grandes espaços supracitados (UE-NATO-CPLP) e na potencialização da sua presença em cada um deles através de uma política de “*geometria variável*”, Portugal diversifica a sua geopolítica e ganha com isso autonomia estratégica que lhe permite não ficar dependente de uma única hierarquia de potências.

A Participação de Portugal na Política Europeia de Segurança e Defesa Que Papel para os Jovens?¹⁶

Ana Isabel Xavier

Presidente da DECIDE¹⁷, Doutoranda em Relações Internacionais, UCoimbra

Nas Eleições Europeias de 2004, 77% dos jovens europeus entre os 18 e os 24 anos abstiveram-se. Não admira, por isso, que durante os cinco anos que mediaram as eleições de 2004 e o dia 7 de Junho de 2009, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, através dos seus Planos de Comunicação, se multiplicassem em iniciativas¹⁸ para, não só levarem os jovens às urnas, como “seduzi-los” para a causa Europeia.

Para responder a esse desiderato, tentou-se falar a linguagem dos jovens e entrou-se em força nas redes sociais. Até Luís Figo foi convidado para pedir aos jovens que se mobilizassem. Irónica a escolha da personalidade se pensarmos que as estatísticas do EUROSTAT revelam que só cerca de 4% dos jovens europeus participa em partidos políticos ou associações e destes quase metade em clubes desportivos.

Para acalantar o debate, um artigo do Jornal “Público” de 7 de Junho de 2009, data das eleições Europeias, apresentava como título “Geração nascida após a adesão à UE gosta da Europa, não da política”. O desenvolvimento da notícia era simples: quem tem hoje entre 18 e 23 anos sente-se europeu, mas pouco ou nada sabe sobre a dimensão política da UE e votar hoje é algo que não marca a diferença. De facto, os jovens parecem partilhar uma identidade europeia, porque viajam, estudam e trabalham sem fronteiras, mas não se vêem integrados na Europa política, nem dos partidos.

Será porque, segundo dados do EUROSTAT, o desemprego atinge 14% dos jovens europeus, 70% com empregos temporários ou precários ou a recibos verdes e muitos deles licenciados, mestres e até Doutorados?

Que a cidadania está em crise não é notícia e quanta mais próxima é a escala de representatividade mais em crise a cidadania parece estar. Os Jovens podem estar pouco interessados na Europa, mas menos interessados estão no seu bairro ou junta de freguesia.

¹⁶ Apresentação de Ana Isabel Xavier, em representação do Grupo de Trabalho Nacional “Os Jovens e a PESC” do EuroDefense-Portugal, no âmbito da Conferência intitulada “O novo quadro da segurança e Defesa Europeia – Desafios e opções para Portugal”, na Universidade do Minho, em 10 de Novembro de 2009.

¹⁷ A DECIDE é a Associação de Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania (www.decideportugal.org). Ana Isabel Xavier esteve presente também como porta-voz do Grupo de Trabalho Nacional “Os Jovens e a PESC” do EuroDefense-Portugal.

¹⁸ Uma dessas iniciativas, na qual a DECIDE participou, foi o projecto “Tu na Europa”. Coordenado em Portugal pelo Conselho Nacional da Juventude, que pretendia formar multiplicadores nas universidades e comunidades locais, através de pequenas práticas de sensibilização para a Europa e a importância do recenseamento e voto para o Parlamento Europeu, em Junho de 2009.

Quase que preferiríamos ser Presidentes da República a Administradores de Condomínio, retirando a pessoalidade do comprometimento directo.

De facto, os espaços em que se joga essa cidadania são cada vez mais contaminados por uma generalizada crise de valores, de alheamento do que significa responsabilização e comprometimento, de falta de disponibilidade. Ao mesmo tempo, ironicamente, nunca tivemos tanto acesso a informação, ao poder de produzir informação e ainda mais oportunidade de sermos fazedores de opinião. Mas tal acarreta mais responsabilização e compromisso. Mais disponibilidade mental para a reflexão e mobilização efectiva. Estarão os jovens europeus disponíveis para tal?

Para ajudar a responder a algumas destas inquietudes, em Dezembro de 2007, depois de constatar as dificuldades de ratificação do Tratado de Lisboa, a DECIDE propôs que, ao longo do ano de 2008, as países membros da rede de Klingenthal¹⁹ desenvolvessem um estudo comparativo sobre o modo como as matérias de estudos europeus, e a PESC/PESD em particular, são leccionadas nas escolas públicas, no regime de ensino obrigatório, respondendo em última análise as seguintes perguntas: “Que Europa e porquê? Como reconciliar os jovens com a Europa? O que lhes propor?”.

As conclusões a nível europeu foram convergentes. Primeiro, os alunos do ensino obrigatório não têm acesso senão aos aspectos mais gerais da abordagem ao continente europeu (não necessariamente a União Europeia) e do processo de Integração e adesão do Estado-membro de onde são nacionais, estando ausente a sensibilização real para o projecto comum de cidadania e identidade europeia ou das questões de segurança e defesa. Estuda-se a «coisa europeia» numa perspectiva de evolução histórica de reconstrução post 2ª grande guerra, mas é uma matéria residual e passível de não ser abordada nos programas obrigatórios, porque não é tema objecto de exame final.

Se considerarmos que são os jovens quem menos votam e menos se interessam pelas questões europeias, podemos eventualmente concluir que, mesmo que exista uma sensibilização para a questão no ensino obrigatório (ate ao 9.º ano de escolaridade em Portugal até ao ano lectivo transacto), a idade de recenseamento e voto eleitoral, o ensino não obrigatório não inclui referendas a questão europeia e pouco tempo resta para as actividades extracurriculares em programas tão focados na entrada no ensino superior. A galvanização para as questões extra curriculares, mas de cultura geral e importantes para a formação cívica dos jovens, depende em muito dos professores e pais, mas mais ainda dos próprios jovens que parecem ter outros interesses a idade pré-adulta.

Em seu turno, a Europa não tem deixado de se focar em acções de sensibilização para os assuntos de segurança e defesa da sociedade em geral e dos jovens em particular, incutindo um conceito arreigado de unidade e identidade europeia. Nunca como nos últimos anos, se investiu tanto em planos de comunicação sobre a Europa e na aproximação dos cidadãos as Instituições.

¹⁹ A DECIDE é a única Organização Portuguesa que pertence a rede de Klingenthal, uma rede de estudiosos e especialistas em assuntos Europeus que tem como base uma Carta na qual estão especificadas as finalidades e o manifesto para a “Promoção da Consciência Europeia de Segurança e Defesa”. Este estudo será publicado em todas as línguas dos parceiros Europeus em 2010.

Em Portugal, os clubes europeus são os principais centros de dinamização das temáticas europeias nas escolas. Se as escolas não dispuserem de Clubes Europeus, a sensibilidade dos professores para a temática europeia é fundamental na procura de outros centros dinamizadores. De facto, frequentemente, a abordagem a Europa é feita por agentes externos como o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, a rede de conferencistas da Team Europa ou as Centros Europe Direct e Centros de documentação espalhados pelo país, desde logo em Universidades.

Até que ponto é que é estruturante o facto dos assuntos Europeus serem estudados apenas numa perspectiva de construção histórica post 2ª Guerra Mundial, deixando para os clubes europeus e entidades de formação externa a sensibilização para o papel contemporâneo da UE junto dos seus cidadãos? Vale a pena pensar.

Podemos entretanto incluir aqui uma referenda que é importante na aproximação dos jovens a Europa para além do ensino obrigatório e que é o Parlamento dos Jovens e a iniciativa EUROSCOLA. A ideia é simples: cada escola que tenha elegido um número superior a 10 deputados para a respectiva Sessão Escolar do Parlamento dos Jovens candidata-se, apresentando um trabalho escrito e oral de abordagem da dimensão europeia do tema seleccionado anualmente. Por exemplo, em 2009/2010 o tema do trabalho foi o tema do ano europeu de 2010 “A luta contra a pobreza e a exclusão social”.

Os objectivos deste programa são triplos: familiarizar os jovens com o funcionamento das Instituições Europeias; consciencializar os jovens sobre a sua condição de cidadãos europeus e a sua intervenção na organização futura da Europa; e oferecer aos jovens uma tribuna onde possam exprimir as suas opiniões pessoais e valorizar o seu envolvimento no projecto europeu. Isto porque o objectivo final é seleccionar as escolas que irão participar no hemiciclo do Parlamento Europeu em Estrasburgo, onde, em cada sessão, participam cerca de 500 jovens em grupos de trabalho multilingues, representando escolas dos vários Estados membros da União Europeia. Deste modo, não só os jovens estudam temas da União Europeia como, se seleccionados, deslocam-se in loco às Instituições Europeias e experienciam uma aprendizagem intercultural à escala europeia.

Ainda sobre as aprendizagens interculturais sobre a Europa, importa referir que, em Novembro de 2009, saiu a edição n.º 1 da publicação “Young Innovations Europe (YIE)” que tem como desígnio “Young people building Europe”. Trata-se tão simplesmente de uma revista criada por e para jovens interessados em desenvolverem uma liderança positiva nas suas comunidades e meios de acção. Os autores da revista sentem que, ao mostrarem iniciativas de jovens que afectam positivamente a mudança e a participação dos jovens, estão a envolver e encorajar os jovens a estarem informados sobre o meio que os rodeia e os seus interesses (seja o desporto, a política, o ambiente, as artes ou a ciência), a conhecerem os programas de inovação e empreendedorismo na Europa, recursos e ferramentas, materiais, dicas, links e sugestões práticas para a acção. Esta revista assume-se assim como uma plataforma de expressão para os jovens Europeus se informarem mais, aprenderem mais, agirem mais e esperarem mais do mundo onde vivem e para o qual querem contribuir positivamente como visionários para o amanhã, numa acção colectiva e de responsabilidade partilhada.

Vale a pena acompanhar os próximos números deste projecto da Associação Juvenil “Youth Action for Change (YAC)” que, com o apoio da International Youth Foundation e da Starbucks (vertente responsabilidade social) pretende inspirar os jovens europeus a serem agentes activos de mudança nas suas comunidades e mundo em geral.

Com estes exemplos, o que nos parece relevante é que os jovens, enquanto agentes de mudança de paradigma e de consciencialização para o mundo que os rodeia e para a política de segurança e defesa, devem ser sensibilizados e envolvidos na construção de uma identidade europeia de segurança e defesa comum. Jovens bem formados e motivados para uma cidadania e identidade europeia comum, podem no presente e futuro vir a esbater as barreiras socioculturais e económicas que muitas vezes estão na origem de conflitos a escala regional, na Europa.

São, assim, um veículo de prevenção de conflitos presente - junto da comunidade civil (família, amigos,...) e futuro, quando forem decisores activos da Europa ao se reforçar a cidadania entre os jovens e fortalecer a identidade europeia, resultando numa quebra de barreiras sócio culturais, num reforço dos sentimentos de tolerância e respeito e numa partilha de um ideal de Europa comum.

Neste sentido, a política europeia de juventude tem vindo a cimentar a ideia do método aberto de coordenação para transversalmente a juventude ser agente activa de todas as matérias que influenciam as suas vidas e que emanam de Bruxelas. A nível da política de segurança e defesa, os jovens tem estado afastados deste processo. Continua a ser uma área dominada por especialistas civis ou militares e com pouca abertura para a sociedade civil.

Para além disso, o fim do serviço militar obrigatório entra também em contra-ciclo, pelo menos em Portugal, afastando estes temas da esfera da prioridade dos jovens, que se alistam nas forças de segurança sobretudo em busca de uma estabilidade profissional garantida, mais do que por vocação ou desejo de serviço. Acresce o Dia de Defesa Nacional, uma abordagem oficial a sensibilização dos jovens em assuntos da esfera da segurança e defesa, mas por si só, ineficaz. Muitos jovens desconhecem em absoluto a existência deste dia e a sua finalidade ou interesse.

Há um sinal que vem da Europa e que é o “Erasmus militar”, um programa de intercâmbio que visa a troca de experiência militar com vista a uma melhor compreensão das diferentes abordagens de formação existentes e permuta de valores culturais e de Estado. Sendo um projecto ainda embrionário, não nos centraremos nas suas potencialidades para o tema no imediato.

Por sua vez, o Tratado de Lisboa vem, através do seu art. 214, n.º5, criar um Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária, enquadrando os contributos comuns dos jovens europeus para as acções de ajuda humanitária da União.

2011 será, aliás, o Ano Europeu do Voluntariado, como forma de celebração e reconhecimento do papel dos voluntários na sociedade actual. E nunca é demais recordar que, a par do programa ERASMUS, o Serviço Voluntário Europeu (SVE)²⁰ é um dos programas europeus com mais

²⁰ Vide também a propósito o parecer da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos destinado a Comissão da Cultura e da Educação sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o programa “Juventude em Acção” para o período 2007-2013

sucesso junto dos jovens europeus e que mais contribui para o fortalecimento de uma identidade europeia através de aprendizagens não formais.

Ainda em relação ao Tratado que entrou em vigor no passado dia 1 de Dezembro, muito se tem falado sobre a iniciativa popular prevista no artigo 11º- nº 4, enquanto potencial de aproximação da União aos cidadãos: “Um milhão, pelo menos, de cidadãos da União, nacionais de um número significativo de Estados-membros, pode tomar a iniciativa de convidar a Comissão a, no âmbito das suas atribuições, apresentar uma proposta adequada em matérias sobre as quais esses cidadãos considerem necessário um acto jurídico da União para aplicar os Tratados.

Assim, numa era de globalização, em que a Internet e as redes sociais unem 500 milhões de europeus numa identidade transnacional que ultrapassa fronteiras físicas e ideológicas, os jovens europeus têm também à sua disposição uma ferramenta que pode fazer valer os seus direitos à escala nacional, mas sobretudo à escala europeia.

Em guisa de sùmula, diríamos assim que é importante que haja um reforço da actividade de associações como a DECIDE, de grupos informais como o Grupo de Trabalho Nacional "Os jovens e a PESC" na promoção da reflexão crítica destas questões, em diálogo com as Universidades e sociedade civil em geral.

O Instituto de Defesa Nacional, desde 2003, aposta numa edição anual de um “Curso de Defesa para Jovens”, representativa da primeira sensibilização para os assuntos de segurança e defesa em Portugal é onde civis e militares vivem uma semana numa base militar em regime de internato, acedendo privilegiadamente ao seu know-how. A seu tempo, o EuroDefense-Portugal, provavelmente bebendo também do ambiente europeu em que se insere a sua rede, resolveu criar um Grupo de Trabalho Nacional em que os jovens reflectem sobre a política externa europeia e o seu papel enquanto agentes de segurança.

Um passo futuro poderia ainda passar pela criação, a nível nacional mas em diálogo com parceiros Europeus e Africanos, de um observatório jovem de Segurança e Defesa, com a missão de antecipar tendências e áreas de conflito; acompanhar movimentos sociais proeminentemente suportados por Jovens; e servir de catalisador de informação para a sociedade civil em geral. Este observatório reforçaria a ideia que a Educação para os valores e para a construção de uma identidade nacional e europeia deve ser feita para todos e com todos, mas especialmente para e com os mais jovens, porque já nasceram na Europa da integração e do adquirido. Para quem, em última análise, ouvir hoje a música dos GNR “Portugal na CEE” é algo, no mínimo, estranho.

Se facilmente defendemos que a Europa não responde às expectativas dos jovens europeus, podemos tentar reflectir se não são os Jovens Europeus que devem também eles estar mais preparados para se (in)formarem e se envolverem na construção do seu próprio futuro, dos seus

(COM(2004)0471 - C6- 009612004 – 2004/0152(COD)). Recorde-se que o SVE é um programa de voluntariado inserido no Programa Juventude em Acção 2007-2013, dirigido aos jovens entre os 18 e os 30 anos que permite levar a cabo um serviço de voluntariado com duração máxima de 12 meses num país diferente do seu de residência.

direitos e sobretudo dos seus deveres. Esse é o desígnio último do “serviço cívico”²¹ que hoje Volta a estar na ordem do dia e que recorda como a cidadania, sem ser imposta, tem que ser vivida.

Não porque os jovens são o futuro, mas porque o presente vive-se aqui e agora e as questões de segurança e defesa, pelo seu imediatismo e carácter global, têm que concorrer para uma consciência colectiva de pertença e, sobretudo, de decisões. 2010 poderá dar maior espaço às decisões dos jovens visto a Organização das Nações Unidas ter declarado 2010, em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Ano Internacional da Juventude. Mas ficará Pelo campo das declarações, se não for um ano de acção, capacitação e mudança.

Por isso, de olhos postos para lá de 2010, o papel dos jovens na cidadania activa depende do presente, mas em muito do futuro. E o Futuro DECIDE-se aqui e agora, sempre!

²¹ No biénio 2010-2011, a DECIDE avançará com um ciclo de conferências que pretende reflectir sobre as competências cívicas e os novos espaços de vivência da cidadania, quando o serviço militar obrigatório ou o voto, dimensões em tempos encaradas como deveres (em relação ao voto, um dever simbólico claro), são hoje voluntários e opcionais. Embora consciente da dimensão polémica do termo “serviço cívico”, um dos objectivos da DECIDE com este ciclo de conferências é começar por reflectir sobre as dimensões deste conceito, destruindo o binómio direitos vs deveres.

A Participação de Portugal na Política Europeia de Segurança e Defesa Que Papel para os Jovens?

Liliana Domingues Reis

Doutoranda em Relações Internacionais, UM

Para abordar o tema que me foi proposto “A Participação de Portugal na Política Europeia de Segurança e Defesa - que papel para os jovens?” e tendo presente que me dirijo a uma plateia claramente jovem, de estudantes universitários, talvez maioritariamente de Relações Internacionais, não poderia deixar de pautar a minha intervenção a uma abordagem ao ensino superior, ao programa Erasmus especificamente ao programa de intercâmbio estudantil entre os jovens do ensino superior militar, e ao papel que o mesmo terá na mudança da cultura de Defesa no seio da EU.

Esta comunicação irá abordar numa fase preliminar os objectivos da criação do programa Erasmus, os seus efeitos, para seguidamente analisar o ainda embrionário programa de intercâmbio estudantil entre os jovens do ensino superior militar, bem como a sua coordenação com o Colégio Europeu de Segurança e Defesa, e o contributo português nesta matéria. Por último, as sinergias criadas entre as diversas entidades e o reforço necessário entre as componentes civil e militar, exemplificando com as missões levadas a cabo pela EU, no contexto da PESD. Conclui-se com os desafios que se colocam em relação à Política Europeia de Segurança e Defesa, concretamente a nível formativo e educativo.

Como é do conhecimento geral, o Ensino Superior desempenha um papel fundamental na formação de recursos humanos altamente qualificados, na mudança de mentalidades, e na formação das elites, disseminando descobertas científicas e conhecimentos avançados através do ensino, adaptando-se às constantes necessidades emergentes de novas competências e qualificações, e educando gerações futuras de cidadãos num contexto europeu. Todas estas características são consideradas pela Comissão Europeia de importância vital para um desenvolvimento da Europa a longo prazo. A crescente velocidade a que o conhecimento se torna obsoleto, juntamente com as rápidas mudanças na forma como esse crescimento é transmitido e renovado, exige que o sector do ensino superior adopte novos métodos e se empenhe no desenvolvimento de sistemas de aprendizagem ao longo da vida. É preciso entender que a iniciativa do programa ERASMUS, segue a mesma linha: foi fruto da crença de que a interação social poderia ser uma peça-chave na construção de um novo tipo de identificação política - a identidade europeia, que não excluiria a identidade nacional, mas conviveria ao seu lado .

O programa ERASMUS é um instrumento de engajamento positivo a partir da realização de que compartilham, essencialmente, os mesmos valores - liberdade, democracia, e paz. Mesmo assim, a interconectividade gerada pela mobilidade estudantil produz uma espécie de “*spillover*” ao incentivar a cooperação internacional em pesquisas e serviços, e acordos entre instituições. Neste contexto, o ERASMUS engloba uma vasta gama de medidas que se destinam a apoiar as actividades europeias desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior e

promover a mobilidade e intercâmbio dos seus alunos e docentes, e possibilita aos cidadãos a oportunidade de interagirem e de participarem na construção de uma Europa cada vez mais próxima, democrática e virada para o mundo, unida e enriquecida pela sua diversidade cultural, aprofundando assim a cidadania da União Europeia:

- a) Desenvolver um sentimento de identidade europeia, baseado nos valores, na história e na cultura comuns;
- b) Fomentar entre os cidadãos da União Europeia um sentimento de pertença União;
- c) Incrementar a tolerância e a compreensão mútua entre os cidadãos europeus, respeitando e promovendo a diversidade cultural e linguística e contribuindo, simultaneamente, para o diálogo intercultural.

O Programa de intercâmbio entre as academias militares, também denominado ERASMUS militar, nasceu da vontade conjunta da formação de uma consciência europeia de segurança alicerçada sobre os valores comuns e os conceitos convergentes quanto aos meios e finalidades, bem como da tomada de consciência de que os recursos humanos constituem indubitavelmente um dos principais elementos para o desenvolvimento da PESD.

No âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa, a Presidência Francesa do Conselho da União Europeia, lançou durante o ano passado, a “iniciativa europeia para o intercâmbio de jovens oficiais” inspirada no Programa ERASMUS. Representantes dos 27 Estados Membros reunidos no Conselho de 17 e 18 de Setembro de 2008 apoiaram, por unanimidade, a proposta francesa. Foi apresentada e aprovada uma declaração de intenções conjunta a 10 de Novembro de 2008, tendo lançado oficialmente a iniciativa através da declaração dos Ministros da Defesa dos Estados Membros. Decorreu então em Paris, a 13 e 14 de Novembro de 2008, um seminário sobre o tema, tendo sido criado um grupo de implementação apoiado no Colégio Europeu de Segurança e Defesa. A 19 de Fevereiro 2009 teve lugar em Bruxelas a 1ª reunião do Grupo de Implementação. Entre as várias actividades, destaca-se a criação de um módulo PESD a incluir nos actuais currículos do ensino superior militar, a criação de condições para aplicação de sistema de equivalências e o ensino de uma segunda língua estrangeira.

No âmbito da Formação, num quadro do reforço de uma cultura militar europeia, este programa irá reforçar a interoperabilidade das Forças Armadas Europeias e desenvolver uma cultura europeia de segurança e defesa. Possibilitará aos oficiais europeus, na fase inicial da sua formação, prosseguirem uma parte da sua formação noutro estado-membro, favorecendo quer a mobilidade de oficiais e professores, quer de ensinamentos entre os estabelecimentos de ensino militar europeus. Ao Grupo de Implementação está cometido o desenvolvimento de um conjunto de actividades, quer a nível nacional, quer a nível europeu, destacando-se entre estas:

- A criação de uma matriz de identificação das formações existentes nas várias instituições nacionais;
- A criação e implementação de plataforma informática;
- A recolha, inserção e actualização da base de dados informática com os programas nacionais de formação inicial militar;
- A identificação os eventuais obstáculos que possam surgir em matérias administrativas, jurídicas ou de outra natureza e proposição de soluções para os ultrapassar;

- A criação de um módulo PESD e/ou outras de áreas de interesse a incluir nos actuais currículos do ensino superior militar nacionais;
- A criação das condições necessárias a aplicação do sistema de equivalências para a formação militar inicial dos oficiais;
- O encorajamento aos EM para reconhecerem a formação que os seus oficiais obtiveram em Institutos Militares de outros EM;
- O encorajamento do ensino/aprendizagem de uma segunda língua.

No que concerne ao ERASMUS Militar, para além de fomentar os valores Europeus, trata-se de uma questão de interoperabilidade das forças (dimensão profissional), bem como a questão da criação de valores verdadeiramente comuns e da cultura europeia de segurança e Defesa (dimensão axiológica e ética). Não nos podemos esquecer, que quando se fala da exequibilidade da PESD numa Europa alargada, há várias questões que se colocam, entre as quais as capacidades, a logística, os equipamentos e claro a herança cultural. Neste capítulo a União Europeia, tem actualmente países que desenvolveram o seu paradigma de segurança depois da IIª Guerra Mundial no seio da NATO, e por outro lado países que pertenceram ao Ex-Pacto de Varsóvia, como a Bulgária, a Hungria, a Polónia, a Republica Checa e a Roménia, que entretanto alguns aderiram também a NATO. Em Março de 1999, formalizou-se a adesão da Hungria, da Polónia e da República Checa, três países do antigo Pacto de Varsóvia. Em Março de 2004 aderiram a Bulgária, a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Roménia, a Eslováquia e a Eslovénia. No dia 1 de Abril de 2009 aderiram à Organização a Albânia e a Croácia, o que demonstra claramente a complementaridade destas duas organizações, e não a competitividade. Nesta questão é importantíssimo o papel que terá o programa ERASMUS a nível militar, no só a nível de uniformização das questões de equipamento, ensino, logística, etc., como também a nível dogmático e estratégico, fundamental para uma União Europeia forte a nível de política externa e de defesa. Outra questão fundamental no programa ERASMUS Militar consiste na combinação de uma lógica de coordenação (cooperação bilateral e multilateral entre os estados-membros) e de integração (harmonização dos programas de formação e ensino relativamente a PESD). Apesar do insucesso que alguns lhe apontam em termos de levantamento de capacidades, militares e civis, a PESD acabou por desenvolver e, de certa forma, consolidar a capacidade mais difícil de levantar: a mudança de mentalidades e a criação de instituições e estruturas comuns.

Ainda na área da área da formação, é importante fazer uma referência ao Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD) pela importância na mudança de mentalidades. O projecto de se criar um Colégio Europeu de Segurança e Defesa no seio da UE, embora antigo, só começou verdadeiramente a ser dinamizado em 2003, altura em que a UE chegou a acordo quanto a uma política de treino e formação no quadro da PESD.

Em 2004 foram estabelecidas as linhas gerais do CESD que, tendo como pano de fundo a Estratégia Europeia de Segurança (ESS), se destinaria a desenvolver e promover uma compreensão comum sobre a PESD para funcionários civis e militares que, na UE e nos Estados membros, se ocupassem de assuntos estratégicos. Procedeu-se então ao planeamento de um curso piloto, que foi posteriormente promovido e organizado através do trabalho de coordenação de vários institutos de segurança e defesa dos Estados membros. A experiência

recolhida no curso-piloto foi determinante para que, em 18 Julho 2005, a UE criasse formalmente o CESD (através da Acção Comum 2005/575/PESC do Conselho). O CESD tem por missão ministrar a formação, de nível estratégico, no âmbito da PESD. Anualmente são ministrados um Curso de Alto Nível (High Level Course) e dois Cursos de Orientação (Orientation Course). Para além destes três cursos, outras iniciativas têm ocorrido como sejam o curso piloto de Reforma do Sector de Segurança (SSR), o seminário de Liderança e de Processo de Tomada de Decisão em PESD e o curso de Processo de Planeamento de Operações de Gestão de Crises da UE. A apoiar esta rede, constituído em Janeiro de 2002, encontra-se o Instituto para os Estudos de Segurança (ISS – Institute for Security Studies)

Sublinhe-se que Portugal, desde o início, apoiou e identificou-se com este projecto, tendo vindo a participar nas suas várias iniciativas. Actualmente, e no âmbito do ERASMUS Militar, as três Academias estão empenhadas na realização de um Curso de PESD, a incluir nos currículos como formação complementar no suplemento ao diploma, a saber:

- Portugal apoiou esta iniciativa desde o seu início, mantendo a coordenação ao nível do Ministério da Defesa Nacional Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, com o apoio dos vários Ensino Superior Público Universitário Militar (Escola Naval, Academia Militar, Academia da Força Aérea, Instituto de Estudos superiores Militares) e do Instituto de Defesa Nacional. Recentemente, Portugal disponibilizou-se para ministrar um módulo de PESD (1,5 ECTS), que decorreu entre 7 a 11 de Setembro e realizou-se, em regime de cooperação académica, na Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea, teve a participação de dois alunos de cada um dos 27 países membros, a lição inaugural do seminário esteve a cargo de Hans-Bernhard Weissert, representante da Academia Europeia de Segurança e Defesa, e foi subordinada ao tema “A PESD e o Erasmus”.
- O IDN também apoia esta iniciativa e continuará a ter o seu delegado no Colégio Europeu de Segurança e Defesa, organizando e criando cursos nacionais e internacionais de “Cooperação Internacional em Desenvolvimento e Segurança e Gestão de Crises”, entre outras iniciativas.

Numa Europa alargada a 27 países a “concorrência interna” entres os países da nossa dimensão aumentou substancialmente. No entanto, tudo dependerá da nossa capacidade de potenciar as vantagens competitivas. Nesse sentido, num eventual futuro cenário de vigência do Tratado de Lisboa, Portugal poderá estar no núcleo duro da Política Comum de Segurança e Defesa. Na verdade, a nossa diplomacia e as instituições militares tem dado provas de competência ao longo dos últimos anos. Nas operações em que Portugal tem participado, seja sob a alçada das Nações Unidas, NATO ou EU, o mérito dos nossos militares e civis é reconhecido. Por tudo isso, podemos ser um interlocutor relevante nas relações com a América Latina e África e as Forças Armadas Portuguesas poderão (sem prejuízo de uma avaliação das contingências orçamentais) continuar a participar em missões internacionais de paz. Pelo menos, nestas áreas, Portugal tem uma vantagem competitiva relativamente a muitos dos Países da sua dimensão, pelo que devera apostar nelas para potenciar a sua influência na União Europeia e para negociar contrapartidas. O Tratado de Lisboa representa um passo fundamental para a modernização da Europa no seu conjunto e para a dotar de meios que lhe permitam fazer face a um mundo

globalizado. Por essa razão, Portugal deverá continuar a apoiar a sua entrada em vigor, na expectativa que todos os Países o ratifiquem. A organização europeia é o resultado de varias dimensões que se intersectam. A Europa dos direitos humanos encarna no Conselho da Europa, a da defesa na NATO, a migratória nos acordos de Schengen, a monetária na zona Euro, a económica na Área Económica Europeia (UE+Noruega+Islândia+Suíça) e a politica na UE. Há apenas 10 países, dos 49 localizados no continente europeu, que integram as seis dimensões: os seis fundadores da Comunidade Europeia, os três que ingressaram na década de 1980 e a Eslovénia. Contra o saber convencional, Portugal não está na periferia mas no núcleo duro da construção europeia.

A confirmar o enorme desenvolvimento da PESD, refira-se que desde Saint Malo (Dezembro de 98), em onze anos, a UE já lançou 21 operações/missões (6 delas exclusivamente militares), estando actualmente em curso 12, sendo 2 operações militares (EUFORALTHEA e a EU NAVFOR Somália - ATALANTA) e 10 missões civis [EUPM Bósnia (EU POLICE MISSION IN BOSNIA-HERZEGOVINA); EULEX KOSOVO (EU RULE OF LAW MISSION IN KOSOVO); EUMM Geórgia (EU MONITORING MISSION IN GEORGIA); EUPOL COPPS (EU POLICE MISSION IN THE PALESTINIAN TERRITORIES); EU BAM Rafah (EU BORDER ASSISTANCE MISSION AT RAFAH CROSSING POINT IN THE PALESTINIAN TERRITORIES); Eujust Lex (EU INTEGRATED RULE OF LAW MISSION FOR IRAQ); EUPOL AFGHANISTAN (EU POLICE MISSION IN AFGHANISTAN); EUPOL RD CONGO (EU POLICE MISSION IN DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE CONGO); EU SSR Guinea-Bissau (EU MISSION IN SUPPORT OF SECURITY SECTOR REFORM IN GUINEA-BISSAU); EUSEC RD Congo (EU SECURITY SECTOR REFORM MISSION IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE CONGO), as duas últimas, a EU SSR Guinea-Bissau e a UE SEC RD Congo, no âmbito da reforma do sector de segurança.

Actualmente, Portugal participa na EUFOR ALTHEA (14 militares das Forças Armadas e 36 GNR's) na EUNAVFOR ATALANTA (1 oficial da Marinha), na EUSEC RD Congo (2 militares das Forças Armadas), na EUPOL Congo (10 agentes da PSP, sendo que um deles desempenha as funções de Chefe de Missão e de Conselheiro Especial da União Europeia. Os restantes elementos desenvolvem funções de Conselheiros em matéria de Investigação criminal e de Ordem Pública) na EULEX Kosovo (14 agentes da PSP e um GNR), na Guiné-Bissau (2 militares das Forças Armadas, 4 GNR e 5 civis) e na EUMM Geórgia (1 agente da PSP desde o lançamento da missão) num total de 89 nacionais

Efectivamente, como disse, o Dr. Paulo Vizeu Pinheiro, Director-Geral da Política de Defesa Nacional, “nenhuma imagem pode ter maior impacto junto da opinião pública do que um soldado operando lado a lado com outro de nacionalidade diferente, ambos sujeitos aos mesmos riscos, incluindo a morte, em prol de uma causa comum. Dificilmente outra imagem poderá ter tanta força e criar uma consciência europeia tão clara e definida”. Neste contexto, podemos afirmar que a PESD tem sido um dos rostos mais visíveis da União Europeia na última década, com grande visibilidade na comunicação social e o que mais se identifica com os objectivos da União.

Em menos de dez anos, a União Europeia tornou-se um actor incontornável na estabilização do ambiente internacional e na resolução de conflitos. Mas novos objectivos ambiciosos são agora

traçados e mesmo delineados, como a consolidação da sua visão estratégica (através da Estratégia Europeia de Segurança), a adaptação das capacidades de planificação estratégica da EU, a multiplicação de operações civis e militares de tamanho variável nos Balcãs, em África no Meio Oriente e na Ásia. Em acréscimo a estes desenvolvimentos, os europeus deverão superar o desafio de aumentar a sua capacidade militar, numa fase em que por toda a Europa os Orçamentos para a Defesa são menores e as necessidades cada vez maiores.

Nestes anos, o desenvolvimento da PESD deu passos prudentes, mas sólidos. E os factos comprovam-no: criou instituições, algumas capacidades, esboçou alguma doutrina e está no terreno a fazer operações. E fá-lo em articulação com a NATO. Mas a relação entre a UE e a NATO – que confere assim nova relevância a França de Sarkozy no espaço euro-atlântico pós-Blair – é a grande aposta. Ou deve ser. Sobretudo se versar sobre cinco grandes áreas: (1) a necessidade imperiosa de mais investimento na Defesa; (2) um renovado discurso político sobre estas matérias; (3) a defesa da complementaridade entre operações da NATO e da UE e não à sua rivalidade ou duplicação de meios; (4) o reforço da coordenação entre entidades civis e militares nos cenários de conflito, pós-conflito e reconstrução; (5) um apelo necessidade da NATO e da UE partilharem a planificação das operações, assumindo que ambas serão actores no cenário de crise, em fases paralelas ou consequentes, o que obrigaria a harmonizar alguns procedimentos.

No plano institucional, a UE dotou-se de um conjunto de instituições capazes de responder a decisões com implicações militares. No plano operacional, os esforços de articulação entre a União Europeia e a Aliança Atlântica, com os Acordos Berlim Plus, tornaram possível a realização das primeiras missões militares da União Europeia.

Nestes anos, a política europeia de segurança e defesa afirmou-se como uma das áreas mais dinâmicas da União Europeia e beneficia de um apoio maioritário e consistente das opiniões públicas (Eurobarómetro, Transatlantic Trends 2007).

A UE devesse assim apostar na defesa dos princípios do Estado de direito, da democracia e dos direitos humanos, que são inseparáveis das condições necessárias para a garantia de um desenvolvimento sustentável. E, finalmente, a partilha de riscos e ameaças a segurança comum, como o terrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça ou tráfico ilegais, mas também a pobreza, ou catástrofes naturais. Porque hoje o nosso conceito de segurança é um conceito integrado, que não pára nas nossas fronteiras geográficas nem nas ameaças tradicionais ao Estado. Estes riscos e ameaças comuns só podem ter uma resposta: uma resposta comum. E isto só pode ser concretizado através de mecanismos de cooperação multilateral e bilateral.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que se torna urgente para a EU agregar os seus recursos sempre que possível. Graças ao programa de intercâmbio de oficiais entre as escolas militares europeias, inspirada no programa ERASMUS, os militares europeus estarão melhor preparados para o trabalho conjunto, sendo que este projecto responde à necessidade de partilhar uma mesma cultura estratégica e simultaneamente de ter uma língua operacional nos teatros de operações e nos Estados-Maiores. A necessidade de convergência dos sistemas de ensino europeu, facilitada pelo programa ERASMUS e pelo processo de Bolonha, ajudará a emergir um certo sentimento de identidade europeia. Da mesma forma, o ERASMUS militar

deverá contribuir para reforçar a cidadania europeia, na medida em que “vivermos juntos” significará também “defendermo-nos uns aos outros”. Neste sentido, a realização do projecto de ERASMUS militar poderá acelerar os progressos significantes da PESD, e será indubitavelmente um instrumento crucial para edificar a política europeia de segurança e defesa, tornando-a dinâmica, coerente, eficaz e credível no seio da EU e projectando a EU com um actor na cena internacional, ao nível da segurança.

O grande debate europeu de segurança para os próximos anos será sobretudo travado ao nível político. Serão os decisores eleitos a ter a tarefa de explicar aos cidadãos que a paz não é perpétua, que as ameaças são para ser levadas a sério e que, acima de tudo, a segurança do dia-a-dia é cara e deve ser partilhada. O patamar ideológico da Europa pós-1989 deve ser mudado pelos decisores, sob pena de os anos irem passando e os europeus não saírem desse glorioso dia do calendário que foi 9 de Novembro de 1989²², e que celebramos os seus 20 anos neste último domingo.

²² Cr. LIMA, Bernardo Pires de. “Sarkosy e a Revisão Estratégica de Segurança Europeia em 2008” IPRI. Ocasional Paper N° 31.

Comentário

Filipe Alves

Presidente da AREOPAGUM

A União Europeia está apostada em forjar um novo quadro de segurança. Ora este quadro não é ele verdadeiramente novo, pois as grandes linhas em termos de segurança e estratégia já estavam definidas com a Estratégia Europeia de Segurança de 2003. Aliás, o Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança num Mundo em Mudança – de Dezembro de 2008, vem confirmar que “não pretende substituir a Estratégia, mas sim reforçá-la”. Porém, o que se irá assistir é uma valorização da União com o novo Tratado de Lisboa.

A título de exemplo, teremos o cargo do Presidente do Conselho Europeu e ainda como Vice-Presidente o Alto Representante da União para a Política Externa e de Segurança, uma espécie de Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE. Como é óbvio, estas são mudanças muito significativas não só para a UE como para os diferentes países que a compõe, Portugal incluído.

Aqui surge uma das primeiras questões: Portugal, com uma longa história Atlânticista, com uma “lança” no meio do Atlântico, que são os Açores, possuindo uma posição privilegiada e estratégica na ligação a vários continentes e a vários povos, de que forma poderão potencializar este seu potencial no Tratado de Lisboa? A localização e as ligações de Portugal são vitais no quadro de uma estratégia de Segurança.

A estratégia europeia depara-se, como é óbvio, com a estratégia da NATO. Aqui divisões significativas podem acontecer no seio da UE. Primeiramente deveremos ter consciência da importante transformação que a NATO conseguiu encetar pós 1989, quando era já dada como extinta. Não só conseguiu essa espectacular transformação nos anos 90 do século passado – onde chamou a si a nova Arquitectura de Segurança da Europa, juntando as outras instituições, apelidando “o processo” de “Interlocking Institutions”, onde a NATO desenvolvia o papel principal na nova Arquitectura de Segurança, mas em união com as outras organizações e instituições da Europa – como o continua a fazer, prova disso será o seu novo conceito estratégico que está previsto ser aprovado no Outono de 2010 em, imagine-se, ... Portugal.

Nesta relação EU-NATO uma outra questão deverá ser colocada: quando existem grandes dificuldades para os países, e principalmente os europeus, contribuírem para as missões em concurso, exemplo disso é a dificuldade da NATO no Afeganistão, fará sentido duplicar esses custos?

Existem muitos países da UE que vêem a NATO como a defesa da Europa. Será interessante relembrar as palavras de Margaret Thatcher em Julho de 1991 “You don't cancel your home insurance policy just because there have been fewer burglaries on your street in the last 12 months” (Margaret Thatcher in McCalla 2001). Não será esta frase actual?

Episódio marcante no seio da UE fora os acontecimentos antecedentes intervenção no Iraque. Antes da intervenção por parte Estados Unidos com os aliados, começou na Europa – e

principalmente na União Europeia – a criar-se uma divisão e os discursos começaram a endurecer. A 22 de Janeiro de 2003, na celebração do 400º aniversário do tratado entre a França e a República Federal Alemã, estes dois países decidem tomar posição relativamente a uma possível intervenção no Iraque (que se começava a desenhar), onde “no admitian el recurso a la dominada «guerra preventiva» “ (Sanchez 2007), e onde apelavam para o Conselho de Segurança da ONU, pretendendo ainda que esta fosse uma posição da União Europeia (Sanchez 2007). Esta posição não caiu bem junto de muitos parceiros Europeus (da UE e da NATO), o que veio a notar-se na tomada de posição da União Europeia a 27 de Janeiro de 2003, onde as questões de fundo no tinham sido incluídas na declaração.

A resposta dos “atlanticistas” veio através da denominada “carta dos oito”, publicada em 30 de Janeiro de 2003, liderada pelo Reino Unido (Blair) e pela Espanha (Aznar), sendo composta também por Portugal, Itália, Dinamarca (parceiros Europeus) e ainda Polónia, Hungria e República Checa, reafirmando o apoio aos Estados Unidos e a NATO (Sanchez 2007).

A 5 de Fevereiro de 2003 surge a “carta dos Dez” ou “grupo de Vilna” de apoio aos Estados Unidos e a NATO, suportando de igual modo a carta dos oito, vinda da Europa Central, Sudeste, Báltica e Balcânica, sendo composta por: Albânia, Bulgária, Croácia, Estónia, Letónia, Lituânia, Macedónia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia (Sanchez 2007).

Esta foi não só uma posição de enorme apoio ao Estados Unidos mas sobretudo a NATO, especialmente pelos países de Leste, da zona Báltica e Balcânica, sendo demonstrativo da importância que estes dão ao Tratado do Atlântico Norte, além das suas pretensões de integração no espaço da União Europeia. Foi ainda uma enorme resposta ao eixo Franco-alemão e sobretudo para Chirac e para as suas fortes críticas que tinha apelidado, em especial os países da Europa Báltica e Balcânica de “immaturity and, hence inability to understand how to keep a low profile when the Western *adults* are debating important foreign policy issues” (Malksoo 2005).

Esta posição Francesa é bastante importante pois lembra que a força de cada estado é ela diferente. No Tratado de Lisboa existirá a possibilidade de um grupo de países avançar mesmo se não estão todos de acordo. Será possível afirmar que estas divisões não voltarão a acontecer no futuro? E Portugal, qual a sua voz e o seu peso nas decisões futuras no novo quadro de segurança e defesa europeu?

É comum focar a intervenção da União Europeia nos Balcãs como um exemplo de acção da sua política externa, em muitos casos apontado como um sucesso. Em boa verdade o conflito dos Balcãs foi um real teste para aquilo que eram as capacidades Europeias, era a “hora da Europa” como alguns apelidaram, e os Estados Unidos pareciam concordantes com essa acção dizendo que esse era um conflito Europeu. Porém os EUA e a NATO acabaram por intervir, Kagan afirma que o interesse nacional invocado pelos Americanos para intervir no conflito, não era pelo conflito mas pela defesa do “Ocidente”. (Kagan 2003)

A Europa tem de ser mais assertiva na sua estratégia, a ambiguidade que deixa transparecer entre aquilo que designa (ou separa) como força civil e militar, poderá ser prejudicial a sua capacidade de intervenção. Será que a Europa esta a avaliar de forma correcta as missões conjuntas de forças civis e militares? Os conflitos actuais são na sua maioria de baixa

intensidade, assimétricos. “Clausewitz descreve a guerra como um “acto de força” para o qual não há limites lógicos” (Kinross 2004) [t.a], esta aplica-se ainda com maior força a estes conflitos de baixa intensidade. Para Sam Sarkesian o envolvimento em conflitos de baixa intensidade acarreta muitos riscos, desafiam em grande medida as normas democráticas vigentes, sendo que na maioria das vezes, teriam de se utilizar os mesmos meios e técnicas do adversário que não respeitam as normas estabelecidas (Sarkesian 1986). No manual de Operações Militares em Conflitos de Baixa Intensidade, do Exército e Força Aérea Americanos, lançado primeiramente em 1981, está já presente a ideia da manutenção de paz (Peacekeeping) e as operações de contingência em tempos de Paz.

Uma breve nota para destacar que a Rússia é importante neste novo quadro de segurança, longe vai o tempo de Mikhail Gorbachev que via a “... reunificação da Alemanha Ocidental e de Leste como um facilitador do desejo da casa comum europeia” (Mills 2005) [t.a]. A Rússia de Putin e Medvedev é já ela bem diferente.

No quadro das relações transatlânticas, muito haveria para dizer, porém apenas lembrar que a figura de Obama por si só não é sinónimo de cooperação efectiva. Lembrar que foi ainda com Clinton, Democrata, que começou a tensão na relação transatlântica, onde Hubert Védrine, ministro dos negócios estrangeiros francês no período de 1997 a 2001, apelida a América de “Hyperpuissance”, ainda durante a administração Clinton, “pretendendo com ele descrever um monstro Americano demasiado e preocupantemente poderoso para ser designado meramente como superpotência”. (Kagan 2003)

Para finalizar, olhar para a participação dos jovens neste processo. Os programas aqui apresentados são eles interessantes, porém o seu alcance é limitado, pois tende a visar apenas aqueles que à partida se interessam pelo processo, ou seja, o primeiro passo foi de sua iniciativa e não de um *input* externo. O ERASMUS militar parece muito limitado às estruturas estudantis já inseridas na área. Como é lógico, a grande maioria dos militares poderá não passar por essas estruturas.

Os jovens poderão estar afastados da vida política e militar devido, em parte, ao desinteresse sobre essas temáticas. O crescente nacionalismo a que assistimos na Europa pode, de igual forma, justificar esse desinteresse; por exemplo, um estudo sobre os jovens Alemães verificou que estavam a filiar-se mais nos extremos, deixando os partidos “ditos” tradicionais. Outro exemplo poderá ser uma frase que encontrei na nossa blogosfera: “Imagine-se que, no meu dia da defesa nacional, eu era a única pessoa na sala a saber quem era o Ministro da Defesa Nacional!”

É necessário cativar os jovens; por exemplo, o exército para conseguir cativá-los – sem que seja em tempos de crise – terá de se modernizar, em termos de infra-estruturas e meios, e dar aos jovens perspectivas futuras. No entanto, servir no exército é sempre uma vocação, pois, como refere o tenente-coronel Silva Perdigão (2009) “os jovens põem ao dispor da pátria o que tem de mais sagrado, mesmo que seja preciso sacrificar a vida” .

Em suma, será que daqui por alguns tempos no estaremos a reflectir na ideia de Robert Gilpin (2005): “war is too important to be left to ideological amateurs”?

Fontes:

Gilpin, Robert. 2005. “War is Too Importante to be Left to Ideological Amateurs”. *International Relations*. 19(1): 5-18

Kagan, Robert. 2003. *O Paraíso e o Poder – A América e a Europa na Nova Ordem Mundial*. Lisboa. Gradiva

Kinross, Stuart. 2004. “Clausewitz and Low-Intensity Conflict”. *The Journal of Strategic Studies*. 27(1): 35-58

Mälksoo, Maria. 2005. “Shifting the Balance? The US, the EU and 'New Europe'”. *Cambridge Review of International Affairs*. 18(2): 189 – 190. [<http://dx.doi.org/10.1080/09557570500165261>]

McCalla, Robert B. 1996. “NATO’s persistence after the cold war”. *International Organizations*. 50(3): 445-475

Mills, Don. “The Diplomat at the United Nations: Yesterday and Today”, in *Multilateral Diplomacy and the United Nations Today*, Edited by James P. Muldoon Jr., JoAnn Fagot Aviel, Richard Reitano, Earl Sullivan, 23-41. Westview Press. 2005

Perdigão, Silva. In *DiarioDigital*. 2009. “Dia do Exercito contribui para recrutar jovens”. 25 de Outubro. [http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=417478]

Sanchez, Guillermo A. Perez. 2007. *Los Pages de la Europa Central, Suroriental, Beltiva y Balcânica. El Nuevo Vincula Euroatlantico en el Paso de Un Siglo a Outro*. Lisboa. Almedina

Sarkesian, Sam. “Low-Intensity Conflict: Concepts, Principles, and Policy Guidelines”, in *Low-Intensity Conflict and Modern Tecnology*. Edited by LT Col David J. Dean. 9-31. Alabama. Air University Press. 1986

União Europeia, Conselho. 2008. “Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança num Mundo em Mudança”. [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf]

O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e Opções para Portugal –

Síntese da Conferência²³

A 10 de Novembro de 2009, um dia depois das comemorações dos vinte anos sobre a queda do Muro de Berlim, teve lugar na Universidade do Minho uma Conferência subordinada ao tema **“O novo quadro de Segurança e Defesa Europeia – Desafios e opções para Portugal”**, organizada em parceria pelo EuroDefense-Portugal e a Secção de Ciência Política e Relações Internacionais. Um tema relevante, actual, alvo de perspectivas divergentes, pelo que potenciador de debate pertinente, e que se reveste de acentuada importância, quer na dimensão militar, quer na dimensão política e civil da União Europeia (UE). A proximidade das comemorações da queda do Muro de Berlim possibilitou reforçar ainda mais o carácter transformador e dinamizador que certos adventos têm na evolução das sociedades, e particularmente na evolução da UE.

Perante um auditório repleto de jovens universitários interessados e participativos, cuja adesão é demonstrativa do interesse pela temática, deu-se a sessão de abertura. Esta contou com a intervenção do Prof. Doutor Luís Lobo-Fernandes, da Universidade do Minho, e do Dr. António Figueiredo Lopes, Presidente do EuroDefense-Portugal, que fizeram questão de destacar o carácter globalizador da evolução hodierna, assim como a elasticidade do conceito de segurança e as dinâmicas de interdependência daí provenientes e que resultam, em última instância, num modelo de “soberanias partilhadas” onde a resposta tende a ser uniformizada entre os vários actores.

“Indivisibilidade e o carácter elástico da nova fronteira de segurança” – Notas da alocução do Prof. Doutor Luís Lobo-Fernandes

Boa tarde. Saúdo todos os presentes em nome da Universidade do Minho.

Desejo, em primeiro lugar, agradecer ao Centro de Estudos EuroDefense-Portugal na pessoa do seu ilustre presidente da Direcção, Senhor Dr. António Figueiredo Lopes, a escolha da Universidade do Minho para sede da iniciativa deste ano intitulada “O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e opções para Portugal”. Cumpre-me igualmente agradecer, em especial, ao Senhor General Augusto Melo Correia e à Senhora Professora Ana Paula Brandão todo o trabalho e cooperação que colocaram na realização deste evento.

Hoje, é cada vez mais perceptível que a chamada fronteira de segurança é em grande medida elástica e fortemente desterritorializada, operando numa escala geográfica de grande magnitude. Por outro lado, fragmentação e volatilidade nos vários subsistemas internacionais contribuem para adensar o complexo espectro de ameaças com o qual estamos confrontados. Permitir-me-ia talvez colocar, desde logo, como mote para a discussão, as seguintes interrogações iniciais:

²³ Relatório de Síntese produzido por Diana Oliveira, Pedro Lima e Pedro Costa, Universidade do Minho, Braga, Dez 2009.

Num mundo mais globalizado, em rápida mutação, marcado por uma nova distribuição de poder, não deve a Europa desempenhar um papel estabilizador no sistema internacional e constituir uma referência essencial de paz?

Não deve a União Europeia ter um papel moderador mais activo?

Como consegui-lo?

Ora, parece manifesta a ausência de um discurso estratégico europeu em matéria de segurança num contexto caracterizado pela própria indivisibilidade da segurança internacional. Tal omissão, gravosa, contrasta com as novas exigências do ciclo internacional em que nos encontramos. Mais, relembra aqui uma proposição crucial de Amitai Etzioni quando pergunta até que ponto será possível sustentar o elevado patamar de integração económica e monetária já alcançado, com um nível muito mais fraco de integração dos pilares políticos. Não seria tempo, aproveitando o balanço da aprovação do Tratado de Lisboa, de melhorar decisivamente o funcionamento e a eficácia da política externa da EU, no caminho de uma nova ambição?

Não é especialmente árduo perceber por que é que precisamos de um novo tratado. Os desafios, os problemas globais muito sérios que enfrentamos não podem ser resolvidos por uma potência isoladamente, antes requer uma estratégia, rumos concertados. Os tratados que regulam actualmente a União Europeia não são suficientes para este efeito, porque foram pensados noutro contexto, para 6 Estados-Membros e não 27. As questões ambientais, climáticas e energéticas; as questões relativas à paz, à segurança, aos novos padrões de terrorismo transnacional, e à criminalidade organizada; as questões relacionadas com o impacto do desenvolvimento científico-tecnológico - que não conhecem fronteiras - no âmbito da chamada sociedade do risco; as questões que se prendem com a gestão dos fluxos financeiros; as questões relativas ao desemprego, à precariedade do emprego, à sustentabilidade dos sistemas de segurança social - tudo isto exigem mais interacção e conjugação de esforços.

O albergue seguro do Estado soberano deixou de o ser. E, a melhor maneira de defender os valores da sociedade aberta e democrática é através de um modelo de soberanias compartilhadas. Não deverá a Europa, pois, tentar projectar uma política externa mais coerente e suficientemente enérgica na base dos seus valores e interesses legítimos?

E, no que respeita a Portugal? Aqui é fundamental - diria mesmo um imperativo - que o nosso país também dê um contributo nítido e ambicioso, mais presente, para a redução dos factores de vulnerabilidade em matéria de segurança, aumente a sua relevância internacional, e desenvolva uma modernização selectiva e criteriosa dos seus recursos, sobretudo dos mais valiosos a saber, os recursos humanos, e, em especial, a juventude. Não é um cliché. Em rigor, nunca poderia haver aqui qualquer ponta de paternalismo. Antes, corresponde a uma visão inteligente e actuante dos papéis da Universidade e àquilo que deve constituir uma cultura de exigência. É seguramente por isso que aqui estamos. Formulo a todos votos de bom trabalho.

O Dr. António Figueiredo Lopes, presidente do EuroDefense-Portugal, na sessão de abertura da Conferência, depois de saudar todos os presentes, agradeceu especialmente ao Professor Doutor Luís Lobo Fernandes, à Professora Doutora Ana Paula Brandão e ao MGeneral Melo Correia,

assim como a todos os membros da Comissão Organizadora da Conferência, a excelente colaboração que foi possível desenvolver entre o EuroDefense-Portugal e os professores e alunos da Universidade do Minho para levar a cabo esta iniciativa, sublinhando a importância e oportunidade do debate que vai ter lugar sobre o novo quadro de segurança e defesa europeia e os desafios para Portugal.

Apelou à participação e ao aprofundamento da reflexão sobre “questões tão importantes para a Europa e para Portugal, realçando que se trata de “um debate da maior actualidade que levamos a cabo precisamente no dia em que se comemora o 20º aniversário da queda do muro de Berlim. Um acontecimento que marcou a emergência de uma nova ordem internacional assinalada por uma nova tipologia de ameaças, riscos e conflitos que caracterizam o novo quadro de segurança internacional”

“Oportuno também porque estamos nas vésperas da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e é preciso pôr em relevo as disposições inovadoras nele consagradas em matéria de segurança e defesa, sem esquecer o recente processo de avaliação da implementação da Estratégia Europeia de Segurança”.

O novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia

A sessão de abertura contou ainda, e como prova do dinamismo académico, com a participação do aluno finalista de Relações Internacionais e membro do Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais, Pedro Lima. Começou por ser apresentado um breve enquadramento histórico da emergência e evolução do quadro de Segurança e Defesa Europeia, com referência ao fracasso inicial da Comunidade Europeia de Defesa (CED) em 1954. Referiu em seguida a importância vital do Tratado de Maastricht com o surgir da Política Externa de Segurança e Defesa (PESC) e o seu fortalecimento em Amesterdão com a criação do cargo de Alto Representante para a PESC e com a introdução das missões de Petersberg - originalmente competência da União da Europa Ocidental (UEO) - como tarefas da União. Feita referência à importância do consenso político alcançado em Saint Malo (1998) e subseqüentes decisões no âmbito do Conselho Europeu de Colónia que culminariam na criação da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), fez questão de salientar Santa Maria da Feira enquanto momento clarificador das dimensões operacionais desta. De então para cá, e passando por Nice, fez referência ao consolidar das estruturas políticas e militares de carácter permanente que permitiram a consagração de uma política de segurança operacional. Chegado a Lisboa, e atendendo à recente ratificação deste Tratado por parte do último Estado-membro que ainda não o havia feito, a República Checa, fez questão de lançar desde logo duas perguntas em jeito de provocação. Questionou os oradores que se seguiriam e a própria audiência se este Tratado permitiria à União melhorar a sua eficácia e a sua presença internacional, e se permitiria agilizar e dinamizar uma verdadeira Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD substitui o acrónimo PESD no Tratado de Lisboa) capaz de fazer frente à realidade hodierna. Realidade esta que classificou como distinta, fruto de uma galopante globalização, do acentuar das relações de interdependência e cujo marco reside no advento dos atentados de 11 de Setembro de 2001. O próprio conceito de segurança e de defesa encontra-se perante uma mudança conceptual pois as ameaças são agora de cariz multidimensional, já não se restringem ao uso da

força, abarcam agora a dimensão ambiental, energética, alimentar e saúde pública, entre muitas outras. Analisando o Tratado de Lisboa, destacou-lhe os principais contributos, desde a figura que será o rosto da União, o Presidente do Conselho Europeu, o cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros com o intuito de reforçar a coerência e a visibilidade da acção externa da União. De entre estes e outros contributos fez questão de destacar a Cláusula de Solidariedade e o Pacto de Auxílio e Assistência Mútua como sendo a espinha dorsal de um desejo efectivo em avançar com uma União capaz de se expressar no panorama internacional. Não obstante os elogios tecidos ao Tratado de Lisboa, fez questão de lhe apontar algumas limitações, estando a primeira relacionada com a manutenção da regra da unanimidade enquanto princípio geral de decisão no âmbito da PCSD, e o facto de o Pacto de Auxílio e Assistência Mútua se encontrar desde logo limitado às especificidades de certos EM's. Em jeito de conclusão sobre os contributos e limitações deste Tratado disse que este peca pelo excesso de retórica e pela falta de clareza e objectividade na definição de uma linha orientadora dos desígnios da UE em matéria de defesa.

Dado que se falava de segurança e defesa, seria incontornável a referência à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo que Pedro Lima destacou a necessidade da não competição e sim da complementaridade entre a OTAN e a PCSD/UE. Como exemplificador desta complementaridade referiu as potencialidades dos acordos “Berlin Plus” que possibilitam à UE lidar com situações de crise na sua vizinhança, permitindo assim que a OTAN (em particular os EUA) possa desviar esforços militares do continente europeu para outros pontos do globo onde situações mais exigentes reclamem a sua intervenção. Esta complementaridade apresenta benefícios que de outro modo dificilmente se colocariam, desde logo o cultivo de uma política de segurança e defesa de que a UE não dispõe e da qual a OTAN é o expoente máximo, sendo que estas dimensões são génese da sua existência.

Na conclusão da intervenção, Pedro Lima fez questão de lançar nova provocação, após haver referido algumas das principais condicionantes ao avanço da PCSD, de onde se pode destacar o conjunto de países militarmente neutros e os tradicionais Atlanticistas, deixou no ar a questão de se existiria nesta Europa alargada a possibilidade de implementar uma cultura de segurança e defesa comum. Acrescentou a necessidade de dotar a União dessa cultura, de explicar aos cidadãos o que se pretende atingir com esta Europa e de recordar o triste passado de disputas entre os povos do continente. E, por fim, fez ainda questão de reconhecer o mérito das Associações EuroDefense, e em particular da EuroDefense Portugal que, através das suas iniciativas, visa consciencializar a sociedade civil, e muito particularmente os jovens, para a necessidade de uma Europa Unida, forte e coesa, muito em especial no que concerne à Segurança e Defesa.

Após esta perspectiva de um jovem universitário, foi a vez do painel principal dar o seu contributo. Este contou com a intervenção de quatro oradores e foi moderado pela Prof.^a Doutora Ana Paula Brandão - Universidade do Minho - que fez questão de frisar os avanços alcançados com a criação da PESD. De entre esses avanços estão, segundo a moderadora, o fim do tabu acerca da ‘Defesa Europeia’ gerado pelo fracasso da CED, a introdução da componente militar que catalisou o debate sobre a natureza da União Europeia, a dimensão operacional e o

relançamento de uma PESC criticada pelo excesso de declaratividade, o reconhecimento a União Europeia como actor de segurança.

Na primeira intervenção, o Tenente General Abel Cabral Couto, fez questão de salientar que é necessário que se exponha o problema em torno da questão da segurança e defesa com clareza para uma compreensão rigorosa da problemática. Para tal começou por clarificar os conceitos de segurança e de defesa, sendo segurança descrita como um estado ou condição com uma dimensão subjectiva e objectiva, logo, de natureza manipuláveis, e defesa como não tendo valor epistemológico sólido. No seu entender, defesa implica a acção coerciva, acção que se pode desenrolar em diferentes dimensões, designadamente holística e sistémica. Mencionou a intervenção Anglo-Americana no Iraque em 2003 como um dos exemplos de acção coerciva levada a cabo na dimensão holística, pois apenas foi concebida uma intervenção de dimensão militar. Quando se envereda pela solução holística não se vai ao fundo da questão. Este só pode ser alcançado através de uma abordagem sistémica que chegue à raiz dos problemas, e da interacção das várias dimensões que constituem uma sociedade.

O orador referiu em seguida que o Conceito Estratégico Europeu (2003), conhecido por Documento Solana, não incluía uma sólida base teórica da UE dado que circunscrevia as ameaças não incluindo algumas das novas realidades, indo de encontro à exposição das novas ameaças apresentadas na sessão de abertura pelo Pedro Lima. Salientou também a importância dos acrónimos, e a necessidade de uma correcta definição destes, pois PESC engloba outras dimensões – Política Externa - que não afectam directamente a verdadeira segurança, pois esta resulta da conjugação da segurança e da defesa em todas as suas dimensões.

Num momento posterior, foram por si apontados os principais eventos impulsionadores do projecto europeu em matéria de segurança e defesa. Segundo o General este percurso teve início no incentivo de Churchill à criação da CED, em seguida referiu o estado vegetativo da UEO, a criação da OTAN, o abandono da França das Estruturas Permanentes da OTAN em discórdia com a conduta bilateral dos EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em relação a assuntos vitais para a segurança da Europa. A consequente revitalização do Tratado de Bruxelas - UEO - por parte da França, a queda do Muro de Berlim, a crise dos Balcãs que permitiu à UE ver as suas enormes debilidades, o encontro Franco - Britânico de Saint Malo com vista a ultrapassar essas debilidades, o Conselho Europeu de Helsínquia (1999), os acordos “Berlin Plus”, e culminando no actual Tratado de Lisboa. Neste novo Tratado foram destacados alguns elementos reveladores de empenhamento por parte dos Estados-membros. Desde logo o aprofundamento da PESC através de alguns mecanismos como a Cláusula de Solidariedade, a Cláusula de Auxílio Mútuo, as Cooperações Reforçadas, e as Cooperações Estruturadas Permanentes que permitirão maiores avanços por parte de Estados mais dispostos a tal e com capacidades para tal. Apesar de todos estes avanços o General enumerou algumas das dificuldades que persistem para que se consiga uma verdadeira PESD. Destas destacou como sendo as mais relevantes o relacionamento da UE com os EUA, as diferentes geografias que compõem a UE e a OTAN, as diferentes posturas políticas e interesses dos Estados-membros, e o novo sistema de forças em construção. O eixo Franco-Alemão, segundo o General, já não faz sentido dada a sua limitação, novos actores entraram em cena e as novas disposições devem

incluir a Espanha, Polónia, Reino Unido e Itália enquanto actores fundamentais na condução deste processo.

Desafios e Implicações para Portugal

Em relação ao papel de Portugal, Pedro Lima sustentou que este teria de se adaptar ao facto de ser uma pequena potência e de estar numa posição cada vez mais periférica em relação ao centro de poder da UE. No entanto frisou que essa posição periférica no continente europeu nos permite ter uma posição central quando percebido do Atlântico, e que esta posição, aliada à nossa reconhecida capacidade diplomática, deveria ser âncora do nosso envolvimento no desenvolver de uma efectiva PCSD. Portugal deve fazer uso da sua posição estratégica, dos laços históricos que o unem a Estados nos quatro cantos do globo e do seu papel preponderante na OTAN enquanto factor central da sua contribuição aos avanços da PCSD.

Segundo o General Cabral Couto o papel e as oportunidades de Portugal no novo quadro de segurança e defesa europeia dependem unicamente da sua ambição. Na actualidade cerca de 80% dos conflitos são por razões étnicas, religiosas e linguísticas, e que vão de encontro à experiência Portuguesa no Ultramar. Portugal é capaz de lidar com diversas sensibilidades dado o seu passado histórico e deve usar essa capacidade e experiência enquanto elemento condutor da sua participação na PESD, nenhum outro Estado tem esta experiência no terreno e esta é uma das poucas áreas onde Portugal pode ter um peso considerável se assim o entender. Nos seus argumentos finais salientou a necessidade de mais conhecimento e de melhores práticas dado que a potencialidade dos Estados está hoje muito ligada às capacidades dos seus recursos humanos. Portugal tem uma posição geográfica vantajosa e experiência histórica que lhe é altamente favorável, apenas terá que saber ter ambição, promover os seus recursos humanos, e terá certamente uma palavra a dizer nos desenvolvimentos da PESD.

Na sequência da comunicação do Gen. Cabral Couto, o Professor José Palmeira começou por destacar o valor do nosso país, manifesto quer pela vasta comunidade lusófona espalhada por todos os quadrantes regionais quer pela geometria variável da sua política externa. Descreveu, de forma clara e concisa, o panorama actual das relações UE-OTAN e o respectivo papel de Portugal nesse quadro. Tendo em conta o seu passado histórico e o facto de este integrar simultaneamente a UE e a Aliança Atlântica, Portugal tem actuado, ao longo das décadas, como um intermediário entre ambas as margens do Atlântico. Todavia, do ponto de vista do conferencista, a articulação do tradicional atlantismo e do compromisso político ante a União representa actualmente um desafio difícil para Portugal cujo êxito passa pela “maximização das suas potencialidades e minimização das suas vulnerabilidades”. Portugal debate-se com a conquista de um papel central nesses dois grandes espaços (UE e OTAN). Como prova de que essa conquista é possível, temos a nomeação de um português para Presidente da Comissão Europeia, bem como o lançamento da Política Marítima Europeia, proposta da Comissão Barroso.

Uma vez mais foram enumeradas algumas das alterações produzidas pelo Tratado de Lisboa, com destaque para a institucionalização dos cargos de Presidente do Conselho Europeu e de Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, a introdução tanto de uma nova política de segurança e defesa – a PCSD – como do Serviço

Europeu para a Acção Externa e, ainda mais importante, a formalização das cooperações estruturadas permanentes, que podem beneficiar directamente Portugal caso este decida “(...) apostar em integrar o pelotão da frente”. Neste sentido, adoptar um papel mais activo no quadro da diplomacia europeia, nas missões militares internacionais e na indústria de defesa, deve tornar-se uma prioridade nacional. Por outro lado, foram ainda referidas outras áreas nas quais Portugal deve efectivamente investir dadas as vantagens que daí podem surgir, nomeadamente, na área dos assuntos marítimos, devido à sua extensa zona económica exclusiva; no domínio da defesa, uma vez que a dotação de recursos afigura-se hoje como imperativa para o país, sobretudo, enquanto detentor do Comando Regional da OTAN; e, inclusive, na área do desenvolvimento tecnológico através do ingresso em projectos inovadores como a participação na Agência Espacial Europeia ou no projecto Galileu. De modo a contrabalançar a sua posição e dimensão, Portugal deve fazer um esforço adicional e tirar proveito dos seus pontos fortes, como é o caso das ligações deste com outros espaços geopolíticos, com particular ênfase no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), através da qual “(...) o País encontra suporte para a sua projecção global”.

Portugal, membro fundador da OTAN, possui também uma longa história no processo de integração europeia. No que concerne à dimensão da política externa e de segurança e defesa, aprofundada pelo Tratado de Lisboa e pelo alargamento das missões da OTAN, o estado português deve projectar-se, servindo-se do seu potencial para construir pontes com as diferentes potências emergentes no sistema internacional (como é o caso do Brasil), potências regionais (Angola) e, até mesmo, países mais pequenos (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Moçambique e Guiné-Bissau). O papel de intermediário desempenhado por Portugal no que diz respeito à UE-OTAN e à CPLP vem acentuar não só o valor geoestratégico do nosso país, como também a sua visibilidade no âmbito da segurança e defesa. Presente que a lusofonia apresenta-se hoje como crucial numa Europa aberta e numa OTAN alargada e voltada cada vez mais para outras regiões, é importante sublinhar o poder de Portugal mediante “(...) a sua capacidade de se servir dos “grandes espaços” que integra potencializando a sua presença em cada um em função da sua ligação aos restantes”. Atendendo ainda à renovada importância estratégica das rotas marítimas, o conferencista chama a atenção para os benefícios que Portugal pode obter com a posição estratégica que detém tanto nas rotas euro-mediterrânica e euro-atlântica como no espaço marítimo da CPLP. Resumindo, Portugal deve continuar a privilegiar a sua identidade europeia, atlântica e lusófona, assim como a sua vocação universalista. Torna-se, assim, clara a necessidade de investir não apenas nos dois grandes espaços (UE-OTAN) mas também no espaço lusófono, figurado pela CPLP, que se apresenta cada vez mais como um espaço central, através do qual Portugal se pode destacar. Finalmente, e em conclusão, o Professor José Palmeira voltou a enfatizar a ideia de que uma política externa de geometria variável constitui, de facto, um meio para aumentar o poder de Portugal e, ainda mais importante, a sua autonomia face a uma hierarquia pré-estabelecida de potências.

O papel dos Jovens no quadro da Segurança e Defesa Europeia

Num momento de claro entusiasmo académico, a jovem Liliana Reis, doutoranda da Universidade do Minho, propôs-se responder à seguinte pergunta: “A participação de Portugal na PESD – que papel para os jovens?”, incidindo sobre o programa ERASMUS militar.

Começou por relevar a importância que a UE dá à formação superior na criação de quadros altamente qualificados, das elites e enquanto plataforma de disseminação de novos conhecimentos. Neste âmbito, o programa ERASMUS surge então como instrumento de “engajamento positivo”; o intercâmbio estudantil, na comunhão de valores como a liberdade e a democracia, promove a cidadania europeia e gera “*spillovers*” que facilitam a dinamização e a cooperação noutros quadrantes. Aproxima os cidadãos do processo de construção europeia e cria um clima fecundo de tolerância e compreensão mútua.

Mais recentemente, pela mão da presidência francesa, o programa ERASMUS foi alargado ao quadrante militar. Esta iniciativa dá-se sob a égide da PESD e em estreita colaboração com o Colégio Europeu de Segurança e Defesa. Por ora, os objectivos serão a criação de um módulo PESD a incluir nos actuais currículos, a procura de equivalências e o ensino de uma segunda língua europeia. A Dra. Liliana Reis faz ainda referência a uma “cultura militar europeia” e a uma interoperabilidade reforçada das Forças Armadas europeias que o ERASMUS potenciará através da possibilidade dos jovens oficiais prosseguirem parte da sua formação noutro Estado-membro. Porém, a operacionalização da PESD numa Europa alargada confronta-se com uma série de problemas de ordem logística, cultural assim como na ordem das capacidades e dos equipamentos. A dualidade entre países que desenvolveram o seu paradigma de segurança dentro da OTAN depois da II Guerra Mundial e os países da Nova Europa que concomitantemente encontraram o seu espaço na UE e na Aliança Atlântica na última década demonstra, apesar de tudo, a complementaridade e as sinergias estabelecidas entre as duas organizações.

Numa perspectiva mais analítica podemos explicitar a lógica do ERASMUS militar em dois conceitos: um de coordenação, e um outro de integração. E, em retrospectiva, a PESD tem-se vindo a afirmar na capacidade de mudar as mentalidades e na criação de instituições e estruturas comuns apesar dos inúmeros contratempus com que se confrontou. Em acréscimo, a oradora assinalou o papel fulcral da Estratégia Europeia de Segurança na implementação efectiva de uma compreensão comum de assuntos estratégicos, compreensão esta que viria a estar na origem da institucionalização do “High Level Course” da Academia Europeia de Segurança e Defesa; e, sublinhou ainda o papel de Portugal na promoção deste Erasmus sui generis. A crescente “concorrência interna”, aparentemente uma ameaça ao papel do nosso país, poderá, isso sim, realçar de forma indelével a nossa posição enquanto agente pioneiro da construção europeia. A título de exemplo a oradora indica que das 21 missões da União, Portugal participou no total com 89 efectivos. O conceito de cooperação militar *in situ* é, de facto, uma das imagens mais poderosas para exemplificar a integração europeia. No entanto, a operacionalização e dinamização da PESD levanta uma série de perplexidades e paradoxos como o incremento da capacidade militar da União muito embora os orçamentos de Defesa sejam cada vez mais exíguos. Munida de uma articulação institucional consolidada e articulada com a OTAN, a PESD conta com o apoio generalizado da opinião pública. Ao abrigo dos valores comuns como a liberdade e a democracia e expostos a ameaças transnacionais como o terrorismo, os Estados encontram na agregação de forças a circunstância óptima para responder aos desafios do mundo hodierno.

A última intervenção do painel principal contou com o contributo da Dr.^a Ana Xavier, Presidente da DECIDE - Associação de Jovens Auditores para a defesa, segurança e cidadania. Possuidora de uma capacidade comunicativa e entusiasmo refrescante, esta ofereceu-nos uma abordagem muito particular, focada essencialmente no papel e participação dos jovens. Saliendo o desalento dos jovens europeus quanto ao projecto comunitário, começou por sublinhar o esforço das instituições europeias na promoção do espírito europeu. Paradoxalmente, os jovens sentem-se europeus, mas indiferentes à dimensão política; o desemprego, a ausência de valores sólidos e a crescente responsabilização cívica são apontados como supressores da mobilização juvenil. Num estudo realizado por inúmeras associações a nível europeu, ficou patente a ausência de matéria conceptual para a compreensão do projecto europeu e, particularmente da dimensão da cidadania, segurança e defesa. Ficando à margem do currículo do ensino obrigatório na Europa, o ensino destas matérias fica nas mãos dos pais e dos docentes que não gozam galvanizar a juventude para tais assuntos. Na ausência de organismos voluntários nacionais, cabe às instituições como o Centro de Documentação Jacques Delors ou os Centros “Europe Direct” a divulgação do projecto europeu. Propõe ainda que o enfoque dos Estudos Europeus aborde “(...) a sensibilização para o papel contemporâneo da UE junto dos cidadãos (...)” em vez de se debruçar repetidamente sobre a perspectiva da construção histórica da Europa Unida.

A juventude é terreno fértil para a sensibilização e consciencialização da urgência da criação de uma Europa mais coesa, menos desigual, que abrace os mesmos objectivos, entre estes, a criação de um paradigma comum de segurança e defesa. Só com a abertura deste quadrante à sociedade civil, em particular aos jovens, é que se poderá definir de forma mais robusta a cidadania europeia que tanto se apregoa. Não obstante, existe presentemente dentro da União um esforço redobrado para chegar a este sector crítico da sociedade: com a criação do supracitado ERASMUS militar e a promoção do Serviço Voluntário Europeu, procurando-se dinamizar a participação juvenil.

Numa leitura que perpassa toda a comunicação, a Dra. Ana Xavier conclui reiterando que está nas mãos dos jovens a vindicação das suas posições através de um associativismo dedicado e participação cívica efectiva para que a efectivação dos jovens enquanto agentes e catalisadores de mudança se concretize.

Debate

O debate foi desencadeado pelo Dr. Filipe Alves, aluno do Mestrado em Relações Internacionais, que comentou as comunicações precedentes e formulou algumas questões num tom provocador, o que permitiu uma profícua sessão de perguntas-respostas.

Enunciando as significativas alterações produzidas pelo Tratado de Lisboa, este questionou quais as implicações para a UE e em particular para Portugal, salientando o valor geográfico e negocial do nosso país no quadro de uma estratégia de segurança. Daí a pergunta lançada: “Portugal com uma longa história Atlântica, com uma ‘lança’ no meio do Atlântico que são os Açores, possuindo uma posição privilegiada e estratégica na ligação a vários continentes e a vários povos, não deveriam ter negociado uma posição diferente, a exemplo de outros países?”.

Outro aspecto fundamental a ser apontado foi o facto da estratégia da OTAN continuar a suscitar cisões no seio da União. Assim, apesar da sua reformulação e importância no quadro estratégico actual, torna-se pertinente perguntar se fará sentido duplicar custos, sobretudo tendo em conta as dificuldades sentidas por parte dos Estados europeus em contribuir para as missões sob a égide da OTAN, como é o caso do Afeganistão.

Exemplos das divisões no seio da UE foram os episódios que antecederam a intervenção no Iraque. Primeiro, a posição tomada entre a França e a Alemanha relativamente à intervenção no Iraque, que procuraram ainda que esta posição correspondesse à adoptada pela UE, ainda que tal não se tenha verificado. De imediato, não tardou muito a chegar um sinal de apoio à OTAN, não só da parte dos chamados Estados Atlanticistas através da “Carta dos Oito”, a qual Portugal também subscreveu, bem como da parte dos países da Europa Central, Sudeste, Báltica e Balcânica, através da “Carta dos Dez”, símbolo do apoio e da importância política e geoestratégica atribuída à OTAN. Logo, e tendo presente as divergências no seio da UE, é inevitável perguntarmo-nos se estas não voltarão a reaparecer em decisões futuras relativas à segurança e defesa europeia e, nesse contexto, qual será a posição e força de Portugal.

Na verdade, ainda que considerada por alguns como um caso de sucesso da política externa, a intervenção nos Balcãs por parte da UE evidenciou uma vez mais a sua dependência face aos EUA e à OTAN. Está, portanto, na altura da Europa tornar a sua estratégia mais assertiva pois a ambiguidade pode muitas vezes prejudicar a sua actuação. Posto isto, devemos nos perguntar se a Europa estará a “avaliar de forma correcta as missões conjuntas de forças civis e militares?”. Principalmente sabendo que a maior parte dos conflitos actuais se caracterizam como assimétricos e de baixa intensidade. Da mesma forma, a figura de Obama por si só não é sinónimo de cooperação efectiva e, como tal, a relação transatlântica não está imune a possíveis tensões.

Em conclusão e, adoptando um tom mais crítico, o orador termina realizando um balanço da participação dos jovens, apontando quer as limitações dos programas dirigidos a estes, nomeadamente o programa ERASMUS militar em discussão, quer o próprio desinteresse dos jovens sobre estas questões, deixando o apelo à modernização e inovação como forma de captar a atenção dos mesmos.

Na sequência das exposições apresentadas sobre uma temática tão relevante para o futuro da UE de imediato surgiram questões de carácter provocador e inclusive fracturantes. Uma primeira intervenção suscitou ao General Cabral Couto e ao Prof. José Palmeira o aprofundamento dos acontecimentos que conduziram ao fracasso da CED, dado que muitas das questões que hoje se colocam já existiam na década de 50. Pretendia-se com isto indagar se não será necessário um aprofundamento histórico para que melhor se compreenda a realidade em torno das actuais questões da segurança e defesa. Para além desta questão pediu ainda, se seria possível clarificar os benefícios para Portugal no quadro das Cooperções Estruturadas Permanentes, atendendo à sua privilegiada relação com o Estado mais eurocético da UE, numa clara referência ao Reino Unido.

Como resposta, o Gen. Abel Cabral Couto aludiu à problemática da Alemanha, o grande perturbador do processo de integração europeia no fim da II Guerra Mundial, centrando-se na

necessidade de a limitar ao nível da sua capacidade militar de modo a evitar futuras preocupações. Este processo foi, à data, conduzido pelo Secretário de Estado Norte-Americano Henry Morgenthau. No entanto, o enquadramento original sofreu profundas alterações aquando da mudança de percepção sobre qual a verdadeira ameaça. Esta vinha agora do Aliado de leste, a URSS. Perante este novo cenário era necessário consolidar uma Alemanha europeia, voltada para ocidente e não para leste. Para efectivar este desejo foram criadas a Agência Europeia de Energia Atómica (EURATOM) e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) com a finalidade de controlar as aplicações de energia nuclear e dos recursos bélico. Esta dinâmica de condução do processo de integração europeia ancorado no eixo Paris-Berlim tem estado subjacente a toda a sua evolução. Em resposta à segunda questão, o Prof. Palmeira afirmou ser necessário desmistificar a posição do Reino Unido no seio da União, uma vez que os países de Centro e Leste da Europa têm posições semelhantes às do Reino Unido, sendo que muitos utilizam a posição do Reino Unido para protagonizar posições de discordância. Em boa verdade, a maioria das posições da UE caracterizam-se pelo seu Atlanticismo. Por outro lado, destacou o facto da indecisão quanto à questão Turca constituir, ainda nos dias de hoje, um travão a avanços na área da segurança e defesa europeia. Neste sentido, a resolução desta questão constitui uma condição indispensável a avanços futuros na PESD.

Num segundo momento do debate, indagou-se sobre a eventual possibilidade de o Tratado de Lisboa poder vir a conduzir à criação de um exército comum europeu. De imediato, o Gen. Cabral Couto refutou esta ideia afirmando que dadas as divergências culturais e ideológicas de tal pretensão se tornem praticamente inconcebível. Segundo este, a ideia de uma Europa sob um governo único e dotada de um exército único é uma utopia pois, a civilização contemporânea caracteriza-se como sendo desagregadora em vez de massificadora. Simultaneamente, é um processo no qual o poder desce a um nível cada vez mais próximo do cidadão e as populações desenvolvem-se, cada vez mais, a um nível mais alto. A ideia da existência de um governo uniformizado é, portanto, um cenário ainda longínquo e contra a marcha civilizacional.

Tendo como referência a comunicação da Dr.^a Liliana Reis foi lançada a seguinte questão: “Até que ponto a diferente praxis militar entre os Estados-membros poderá dificultar a efectividade do programa ERASMUS militar?”. Em resposta, foi destacada a dificuldade de uniformização e atribuição de equivalências no quadro deste programa. E, apesar das visíveis diferenças entre os vários Estados-membros, estas dificuldades não invalidam a sua utilidade. Estabeleceu-se um paralelo com as dificuldades enfrentadas na implementação do programa ERASMUS (académico) que veio, gradualmente, sendo reforçado, mas cujo impulso principal partiu da iniciativa conjunta dos Estados em harmonizar os sistemas de ensino através do Processo de Bolonha. Esta consciencialização prova a vontade dos Estados em cooperar nas mais diversas áreas, sendo que a área da defesa não é alheia a esta tendência.

De uma aluna finalista de Relações Internacionais surgiu um rasgo de contestação relativamente à temática abordada pela Dr.^a Ana Xavier, a consciência efectiva de uma cidadania europeia. Num tom de consternação e preocupação, aludiu à falta de participação dos jovens, e inclusive, da geração dos seus pais que quando questionados sobre a realidade europeia pouco ou nada demonstram saber. Por outro lado, confrontou também o público presente e os oradores com o facto de o programa ERASMUS (académico) não ser utilizado pelos jovens com a finalidade

para a qual foi criado. Reagindo ao comentário, a Dr.^a Ana Xavier, realçou que todos têm o direito à indignação e que esse é o primeiro passo a dar para uma participação activa. Programas como o “Tu na Europa” constituem uma mais-valia na aproximação dos jovens às temáticas europeias e evidenciam os benefícios gerados pelo intercâmbio cultural. Apelando à mobilização dos jovens, salientou que existe uma falta de disponibilidade da parte destes para se manterem informados e para levarem a cabo uma participação efectiva. No entanto, esta participação pode ser feita aos mais diversos níveis e com os mais diversos graus de compromisso: ao nível local (Juntas de Freguesia), Associações de Estudantes, voluntariado, cursos de defesa para jovens, etc. Na sequência disto, o Prof. Lobo Fernandes fez questão de intervir para reforçar a ideia inicialmente apresentada de serviço cívico, propondo alternativamente o conceito de participação cívica, visto que esta sugere um maior dinamismo e activismo.

Quase a terminar a conferência, houve ainda tempo para uma última intervenção do público, vindo de um jovem que procurou demonstrar o seu descontentamento face às limitações orçamentais com que projectos inovadores e exequíveis se deparam actualmente. Dirigindo-se ao Gen. Cabral Couto, este procurou um esclarecimento sobre quais as reais capacidades do Eurocorps, qual o contributo que Portugal poderá disponibilizar, e quais as áreas onde este deve investir para promover um maior dinamismo da sua participação. Aludindo à constituição de 60 mil homens e ao compromisso feito por cada país, o General caracterizou como pouco ambicioso o compromisso português, ainda que Portugal tenha disponibilizado cerca de 1500 homens. Além disso, apesar do acordo de repartição entre os diferentes Estados-membros, têm surgido várias dificuldades no plano material devido ao incumprimento de alguns Estados-membros. Este consiste num sistema de forças clássico destinado a conflitos de alta intensidade, o que não se coaduna com a realidade conflitual que hoje se nos apresenta. Esta realidade (conflitos de baixa intensidade) vai de encontro à experiência adquirida por Portugal no decorrer do seu legado colonial e representa uma janela de oportunidade para uma participação mais activa e mais dinâmica no âmbito da PESD. Aliado a esta realidade surgem os Battle Groups e a Agência Europeia de Defesa que se apresentam como oportunidades para que Portugal possa desenvolver todas as vertentes da sua dimensão militar. Alguns dos sectores onde Portugal teria possibilidade de ser bem sucedido passam pelo investimento nas Tecnologias da Informação e Comunicação, nos veículos não tripulados (aeronáutica), nas nano tecnologias, e alguns segmentos de viaturas, nomeadamente na indústria dos blindados.

Após uma experiência enriquecedora e para a qual em muito contribuiu a elevada adesão e o dinamismo quer dos conferencistas quer do público, o balanço final foi claramente positivo, resultando num debate produtivo e esclarecedor. Pela voz da Prof.^a Doutora Ana Paula Brandão e do Major General Augusto de Melo Correia procedeu-se ao encerramento da conferência, agradecendo-se uma vez mais a todos os envolvidos que contribuíram para a realização desta iniciativa.

ANEXO

A Recalibragem Britânica e Saint Malo

O Fim do Tabu

Filipa Cristina Florença Gonçalves

Resumo

O presente artigo tem por objectivo examinar as razões que estiveram na génese da mudança do paradigma da posição britânica entre 1994 e 1998, que se firmou na Cimeira franco-britânica de *Saint Malo*. Partindo da análise da mudança da estratégia europeia britânica, na era de Tony Blair, assim como dos propósitos alcançados na Declaração de *Saint Malo*, este estudo procura aferir as consequências para a vindoura Política Europeia de Segurança e Defesa da súbita mudança da posição inglesa. O principal argumento deste estudo compagina-se com a ideia de que foi a mudança de atitude britânica face às questões de segurança e defesa europeias que lançou um entendimento a nível da União, originando as fundações para a futura PESD.

Key Words: Reino Unido, Tony Blair, União Europeia, *Saint Malo*, Política Europeia de Segurança e Defesa.

Introdução

Considerados os *enfant terribles* da União Europeia (UE), os britânicos, desde a sua adesão, mostraram-se sempre receosos quanto à formação de uma política de segurança e defesa europeia por esta questionar o primado da NATO. A eleição de Tony Blair, a consequente inflexão na estratégia europeia do Reino Unido e a Cimeira de *Saint Malo*, concorrem para a nova atitude inglesa, ao provocar um avanço substancial na constituição de um quadro de segurança, que ateou o processo da União como actor global.

Tendo por foco temporal o período entre 1994 e 1998, o presente trabalho tem por objectivo analisar diacronicamente as razões que estiveram na génese da mudança relativa ao paradigma da posição britânica que se consolidou na Cimeira de *Saint Malo*. O principal argumento deste estudo radica na ideia de que a mudança da estratégia europeia britânica lançou as bases para um entendimento comunitário nas questões de segurança e defesa europeias. Foi graças ao fim do tabu inglês sobre estas questões que acelerou o *cursus* histórico da instituição da Europa da Segurança e Defesa.

O presente estudo está estruturado em duas grandes partes que tem por intuito responder às seguintes inquirições: Quais as razões que provocaram a inflexão da política britânica? Em que circunstâncias se desenvolveu esta nova abordagem política? De que forma foram consolidados os propósitos ingleses em questões de segurança e defesa europeias? Quais as inovações da Declaração de *Saint Malo*?

A primeira parte, centrada na inflexão da estratégia europeia britânica, procura explicar as razões que motivaram a mudança da posição britânica desde a ascensão de Tony Blair a líder do Partido Trabalhista. A última parte, pretende dilucidar a convergência franco-britânica dando ênfase aos resultados alcançados a nível europeu e da NATO.

1. A Inflexão da Estratégia Europeia Britânica na Ascensão de Tony Blair

Com a eleição de Tony Blair para líder do Partido Trabalhista, em Setembro de 1994, estreia-se uma nova narrativa estratégica europeia, no seio do partido, conhecida por *New Labour*. Centrado essencialmente no papel do Reino Unido (RU), no âmbito da União Europeia, Blair quebra com a velha tradição trabalhista de sentimentos ambíguos em relação ao projecto europeu.

Desde os finais da Segunda Guerra Mundial que os sucessivos governos britânicos perspectivaram as questões de segurança europeias sob um ângulo atlanticista, onde a defesa europeia era uma prerrogativa exclusiva da NATO²⁴. Os governantes britânicos desconfiavam da ambição europeia de criar uma União militarmente independente capaz de pôr em causa a NATO e obrigar os EUA a voltarem ao seu isolacionismo, cujo conceito Howorth (2007:36) designou por *Eurosecurity* Dilema. Curiosamente, esta abordagem persistiu após o fim da Guerra Fria, uma vez que para o Reino Unido uma identidade de segurança e defesa europeia deveria ser desenvolvida dentro da estrutura da NATO.

Contudo, o abandono destas directrizes não continha desígnios eleitorais. A mudança deveu-se ao novo panorama internacional pós-Guerra Fria, associado à redefinição do sistema internacional possibilitando oportunidades imperdíveis para a persecução de estratégias multilaterais encabeçadas pelos britânicos.

Aquando da campanha para as eleições de 1 de Maio de 1997, de onde saiu eleito, os argumentos de Tony Blair para a política externa britânica eram enfatizar o papel do Reino Unido no sistema internacional. Neste sentido, o Manifesto eleitoral, assinado por Blair comprometia-se a rever a política de defesa e traçava um rumo para atingir a liderança no centro da União, “*we will give Britain the leadership in Europe which Britain and Europe need*”²⁵. Blair pretendia, ainda, distanciar-se da política externa britânica em relação a UE, empreendidas por Margaret Thatcher e Major²⁶, para poder influenciar internamente o processo europeu. Tendo em conta que a sua Presidência da UE estava iminente, no primeiro semestre de 1998, Blair aposta na liderança no seio da União Europeia, salientando “*stay in, but in a leading role*”²⁷.

²⁴ A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) foi criada em 1949, tendo como estados fundadores Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido.

²⁵ “Because Britain Deserves Better”, The New Labour’s 1997 Election Manifesto, disponível em www.labour-party.org.uk

²⁶ Líderes da Grã-Bretanha entre 1979 e 1990 e 1990 e 1997, respectivamente.

²⁷ “Because Britain Deserves Better”, *op cit.*

Apesar do manifesto do Labour identificar claramente o desejo de ter um papel mais preponderante nas instâncias comunitárias, em boa verdade, o documento não clarifica a defesa do desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Todavia, no final de 1997, Blair começou a dar relevo à dimensão europeia nos seus discursos sobre a política externa do país. Num discurso de Novembro desse mesmo ano, o Primeiro-ministro inglês centra a estratégia europeia britânica em dois princípios: pôr fim aos vinte anos de isolamento britânico na UE e ser o principal parceiro da mesma, e ser uma ponte entre a Europa e os EUA.

Porém, apesar das declarações veiculando o desejo de liderança dos assuntos europeus, o Reino Unido apresentava-se desajustado. Primeiro, o país não fazia parte da moeda única e vacilava sobre a possibilidade de a integrar. Segundo, o cepticismo dos britânicos em relação à União e às suas instituições continuava a perdurar, contrastando com a visão de alguns políticos, no sentido de uma integração mais aprofundada no continente. Finalmente, os esforços de Tony Blair em projectar uma nova imagem britânica pareciam ser infrutíferos, uma vez que uma grande parte da população e de líderes políticos continuava a cultivar um sentimento de superioridade.

Independentemente, no ano posterior à sua eleição, o Governo de Blair compreende que para atingir um papel de liderança no seio da União, o mesmo terá de ser empreendido no dossier de segurança e defesa. É de referir que a UE, no seu processo de integração, alcançou uma das suas funções cruciais de segurança. Dado que o processo de integração foi fundado sobre valores políticos e económicos liberais, os seus membros aprenderam a conduzir as suas relações sem uso ou ameaça de meios militares, gerando uma ‘comunidade de segurança’ pluralista. São estas perspectivas que levam ao entendimento britânico da necessidade de desenvolver a capacidade militar da União, em linha com os seus valores (Williams, 2005:59).

A mudança de posição supracitada teve as suas raízes num memorando confidencial de Maio de 1998, esboçado por Robert Cooper, diplomata sénior do British Foreign & Commonwealth Office (FCO) e por um pequeno grupo de oficiais que alegavam a reforma da tradicional visão atlanticista do país. Segundo Williams (2005:59), o memorando aparentemente sugeria o desenvolvimento militar da UE, isolada da União da Europa Ocidental (UEO)²⁸, mas como complemento à Aliança Atlântica. Em conjugação com estes desenvolvimentos, a crise no Kosovo, no mesmo ano, pôs em evidência as limitações das forças europeias e a falta de consenso entre os Estados-membros da União e salientou a dependência europeia face à OTAN para a resolução de conflitos no espaço vizinho europeu, demonstrando mais claramente a inadequação militar da UE.

A primeira indicação Blairiana de quebrar com o impasse das questões de segurança europeia surgiu na cimeira informal de Chefes de Estado e de Governo, em Pörschach, na Áustria, em 24 e 25 de Outubro de 1998. Na conferência de imprensa final, Blair responde à crise do Kosovo, ao afirmar que esta “simplesmente ressalta a necessidade que a Europa tem de realizar uma revisão realista da situação e assegurar-se de que pode cumprir as suas obrigações

²⁸ Inicialmente designada por União Ocidental, a União da Europa Ocidental resulta da revisão de 1954 do Tratado de Bruxelas de 1948 que tinha por objectivo primordial conter a ameaça alemã.

e responsabilidades de uma forma apropriada”²⁹. Mas o Primeiro-ministro britânico vai mais além, ao referir relativamente ao mencionado que o Reino Unido partilha do argumento de que a Europa necessita de ter uma política externa e de segurança mais forte. Dias mais tarde, a 4 de Novembro, em Viena, na primeira reunião informal dos Ministros da Defesa da UE, George Robertson, então Ministro da Defesa do Reino Unido, reiterou o desejo do seu governo em empreender a simplificação dos procedimentos institucionais do uso da força militar na União.

2. A Cimeira de *Saint Malo* e a Consolidação da Nova Posição Britânica

A mudança de paradigma na posição britânica quanto à admissibilidade de uma defesa europeia consumou-se em Dezembro de 1998, numa imprevisível convergência franco-britânica realizada em *Saint Malo*, ao aceitarem a ideia de dotar, com uma dimensão de segurança e defesa, a UE. Em matéria de defesa, esta simpatia britânica tinha como propósito preservar e reforçar a sua aliança com os Estados da União e, no mesmo sentido, assumir a tão desejada liderança europeia numa área em que acreditavam possuir as capacidades mais evoluídas do continente europeu. Para além disto, Blair compreendeu as discordâncias entre os dois lados do Atlântico e que única forma de salvação da NATO era via Europa. É importante referir que a parceria entre o Reino Unido e França só foi possível, pois este último tinha alterado a sua posição em relação a Aliança Atlântica e estava numa etapa de maior abertura em questões de segurança e defesa europeia³⁰.

Realizada nos dias 3 e 4 de Dezembro e formalmente selada na Declaração de *Saint Malo* de 4 de Dezembro, a Cimeira constitui “uma bomba diplomática” e “um passo no escuro” que quebrou com o “tabu sobre uma acção militar por parte da UE”³¹. Pela primeira vez desde a entrada do Reino Unido nas Comunidades, em 1973, o país aceitou dotar a UE de uma “capacidade para desenvolver uma acção autónoma, apoiada por forças militares credíveis, os meios para decidir usá-las, e a prontidão para o fazer, em resposta a crises internacionais”³². Contudo, a importância da relação transatlântica, tão apregoada por Londres, não é olvidada. Deste modo, a NATO modernizada continuará a ser “o elemento fundador da defesa colectiva dos seus membros” e as decisões e acções militares da UE só poderão ser empreendidas “quando a Aliança como um todo não esteja comprometida”³³. Isto significa que o processo de decisão sobre estas matérias terá de ser desenvolvido a nível intergovernamental e a União só poderá requerer capacidades técnicas e de inteligência para facilitar a acção militar quando não

²⁹ Tony Blair, Encontro informal europeu, Pörtshcach, 24-25 de Outubro de 1998, in Maartje Rutten (2001), *From St-Malo to Nice. European defence core documents*, Chaillot Paper 47, Institute for Security Studies-Western European Union, Paris, p. 1.

³⁰ Gnesotto, citado em *Segurança e Defesa na Narrativa Constitucional Europeia, 1950-2008* de Bruno Oliveira Martins, Pág.101.

³¹ Deighton, “European Union Policy” citado em *British Foreign Policy Under New Labour, 1997-2005* de Paul D. Williams.

³² Declaração de Saint Malo disponível em <http://www.atlanticcommunity.org/Saint-Malo%20Declaration%20Text.html>

³³ Ibidem.

houver comprometimento da Aliança. O exposto, corresponde ao ponto de intersecção dos entendimentos britânicos e franceses, que muitas vezes impossibilitaram as discussões de segurança e defesa do continente europeu.

O referido anteriormente prende-se também com a questão da liderança e desenvolvimento da OTAN na administração da segurança europeia. Para os britânicos, tradicionais defensores da primazia da organização, a súbita mudança de posição não poria em causa o exposto. Pelo contrário, a possibilidade de dotar a UE com capacidade autónoma a nível institucional e militar tinha como intuito o reforço da organização, uma vez que a Administração Clinton aparentava sinais de desistir de continuar a garantir a segurança europeia. Destarte, a política de defesa europeia teria de ser delineada de acordo com o chamado “direito da primeira recusa”, ou seja, a Aliança teria prioridade na definição de posição perante uma crise, sendo que se se abstivesse, os EUA liderariam a intervenção. Podemos então alegar que a segurança e defesa europeia deveriam ser colocadas sob a alçada dos interesses estratégicos da NATO (Ferreira-Pereira 2005:104), e fazendo com que esta mantivesse a sua credibilidade, tal como perspectivado pelos ingleses.

Por último mas não menos importante, o quarto ponto da Declaração de *Saint Malo*, alude à necessidade de a UE criar forças armadas que pudessem pôr em acção as acções militares. Este ponto é deveras importante para os britânicos porque, segundo estes, a liderança da UE poderia ser alcançada por este meio, uma vez que o Reino Unido possuía uma das forças militares mais desenvolvidas da Europa.

A construção ambígua da declaração de *Saint Malo* possibilitou a Blair afirmar-se perante os cépticos em relação a sua repentina mudança de política de segurança e defesa da UE. Os parceiros britânicos poderiam comprovar que a mudança inglesa era genuína, Washington confirmaria que não seriam afastados da sua posição principal no seio da OTAN e a Europa estaria preparada para assumir a responsabilidade da sua segurança, as elites britânicas teriam a certeza como esta nova prerrogativa Euro-Atlântica se procederia e a opinião pública britânica saberia a razão da necessidade de tal mudança.

Revolucionária em dois aspectos peculiares, a Declaração de *Saint Malo*, formalizou a mudança de Londres para uma PESC como instrumento de manutenção da estratégia atlanticista. Na perspectiva britânica a PESC e a NATO eram perfeitamente compatíveis. A primeira lidaria com as Missões de Petersberg com a ajuda da NATO, se esta como um todo não se quisesse envolver, enquanto que a Aliança se encarregaria das operações de alta intensidade. Assim, a declaração citada põe fim às controvérsias que por décadas impediu a UE de alcançar a sua política de segurança e defesa e logicamente desenvolver-se como um actor político global e encaminha para uma nova compreensão das responsabilidades europeias no que diz respeito à sua defesa e reacção às crises internacionais (Howorth, 2000:36-37).

Conclusão

Tal como este artigo procurou demonstrar, a ascensão de Tony Blair ao poder, em 1997, trouxe ao poder britânico um Governo mais comprometido com a Europa de segurança e defesa. Inicialmente, este não demonstrou nenhum interesse específico e substantivo nas questões de

segurança e defesa. Com o tempo, o interesse para a cooperação na defesa e segurança europeia emergiu. O exposto, é claramente ilustrado pela mudança ocorrida entre a chegada de Blair à liderança do Partido Trabalhista, onde imperam sentimentos dúbios em relação à Europa e o comprometimento de Blair face a Declaração franco-britânica de *Saint Malo*.

Tendo como principal pretensão desenvolver uma capacidade para a acção autónoma, na Declaração de *Saint Malo*, o Reino Unido põe fim ao veto em questões de segurança e defesa europeias, ao aceitar que a União seja dotada de um instrumento militar para responder às crises internacionais. Esta nova visão salvaguarda, ainda, que a criação destas forças europeias nunca comprometeria o entendimento UE-NATO. Como consequência, a Cimeira desenhou a primeira linha de um projecto europeu de segurança e defesa, para além de criar um novo conceito de cooperação em segurança e defesa europeia.

Em bom rigor a declaração de *Saint Malo* foi impulsionadora de uma NATO em plena modernização. A crença britânica do seu primado em questões de segurança e defesa europeia não impôs o seu questionamento. Pelo contrário, a sua associação com o entendimento franco-britânico gerou um caminho sem retorno, o qual suscitou a afirmação do papel da UE no quadro da segurança cooperativa, que sem a mudança do paradigma britânico nunca poderia ter ocorrido.

Bibliografia

_____ (1997), The New Labour's 1997 Election Manifesto, encontrado em <http://www.labour-party.org.uk/manifestos/1997/1997-labour-manifesto.shtml>

Bache, Ian, e **Jordan**, Andrew, (2006) *The Europeanization of British Politics*, Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Bulmer, Simon, (2008) “New Labour, New European Policy? Blair, Brown and Utilitarian Supranationalism”, *Parliamentary Affairs*, Vol. 61 N.º 4, Oxford: Oxford University Press.

Deighton, Anne (Julho 2005) “The foreign policy of British Prime Minister Tony Blair: radical or retrograde?” *Centre for British Studies Humboldt University*, encontrado em www.gcsp.ch/

Eliassen, Kjell A., (1998) *Foreign and Security Policy in the European Union*, Londres: Sage Publications.

Ferreira-Pereira, Laura C., (Maio 2005) “*Per Aspera ad Astra*: A Europa da Segurança e Defesa de Bruxelas a Nice”, *Perspectivas*, N.º1, pp. 131-144.

Ferreira-Pereira, Laura C., (Primavera 2005) “A Europa da Defesa: O Fim do Limbo”, *Revista Nação e Defesa*, N.º 110, 3.º Serie, pp. 88-127.

Haine, Jean-Yves, “ESDP: an overview”, *Institute for Security Studies*, disponível em <http://www.iss.co.za/>

Hill, Christopher e **Smith**, Karen, (2000) *European Foreign Policy: Key Documents*, Londres/Nova Iorque: Routledge.

Howorth, Jolyon, (2007) *Security and Defence Policy in the European Union*, Hampshire: Palgrave Macmillan.

Howorth, Jolyon, (Novembro 2000) *European Defence Integration: The Ultimate Challenge*, Paris, Western European Union Institute for Security Studies, Chaillot Papers.

Howorth, Jolyon, (Novembro 2003) *Saint Malo Plus Five: An Interim Assessment of ESDP*, Groupement D'Etudes de Recherches Notre Europe, Policy Papers.

Martins, Bruno Oliveira, (2009) *Segurança e Defesa na Narrativa Constitucional Europeia, 1950-2008*, Cascais: Principia

Pires de Lima, Bernardo (2006) “Os Casos do Kosovo e do Iraque na Política Externa de Tony Blair”, *Cadernos do ID*, Nº 2, pp.5-10.

Posen, Barry R., (2004) “ESDP and the Structure of World Power”, *Istituto Afari Internazionali*, encontrado em <http://www.iai.it/pdf/articles/po sen.pdf>

Rutten, Maartje, (2001) *From St-Malo to Nice. European defence core documents*, Paris, Institute for Security Studies-Western European Union, Chaillot Paper 47.

Williams, Paul D. (2005) *British Policy Under New Labour, 1997-2005*, Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Conferência

Escola de Economia e Gestão da UM – EuroDefense-Portugal

Comissão Organizadora

Prof. Doutor Luís Lobo-Fernandes (UM)

Prof. Doutora Ana Paula Brandão (UM)

Dr. Filipe Alves (UM)

Pedro Costa (UM)

MGen. Augusto Melo Correia (EuroDefense-Portugal)

Cor. António Rosas Leitão (EuroDefense-Portugal)

Cor. Américo Rodrigues Paula (EuroDefense-Portugal)

Dr.^a Ana Isabel Xavier (DECIDE)

Dr. Marco Ribeiro da Silva (DECIDE)



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Secção de Ciência Política e Relações Internacionais
Núcleo de Investigação em Ciência Política
e Relações Internacionais

Campus de Gualtar – 4710-057 Braga

Tel: (351) 25 360 55 20 | e-mail: nicpri@eeg.uminho.pt

Web: <http://www.eeg.uminho.pt/riap>



Centro de Estudos EuroDefense-Portugal

Praça das Indústrias – 1300-307 Lisboa

Tel: (351) 21 360 12 44 | e-mail: eurodef@aip.pt

Web: eurodefense.aip.pt